



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – DCET  
BACHARELADO EM URBANISMO**

**HORTAS URBANAS DE SALVADOR: UM RELATO DE  
EXPERIÊNCIA.**

Salvador/BA  
2017



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – DCET  
BACHARELADO EM URBANISMO**

EDNA MATOS DOS SANTOS

**HORTAS URBANAS DE SALVADOR: UM RELATO DE  
EXPERIÊNCIA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção de nota na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, do curso de Urbanismo.

Orientador: Jessé Machado.

Salvador/BA  
2017

Universidade do Estado da Bahia

Sistema de Biblioteca

Ficha Catalográfica - Produzida pela Biblioteca Edivaldo Machado Boaventura

Santos, Edna Matos dos .  
HORTAS URBANAS DE SALVADOR: UM RELATO DE  
EXPERIÊNCIA. / Edna Matos dos Santos.-- Salvador, 2017.  
86.

Orientador: Jessé Anderson Pinto Machado  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade do Estado da  
Bahia. Departamento de Ciências Exatas e da Terra, 2017

1. Horta urbana. 2. Economia informal. 3. Economia solidária; Economia  
Popular. 4. Espaço urbano. I. Universidade do Estado da Bahia. Departamento  
de Ciências Exatas e da Terra.

CDD: 307.76

EDNA MATOS DOS SANTOS

## **HORTAS URBANAS DE SALVADOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Estado da Bahia, como requisito à obtenção do grau de Bacharel em Urbanismo.

Aprovada em 30 de novembro de 2017.

Banca Examinadora:

---

Jessé Anderson Pinto Machado  
Mestre em Administração (UFBA)  
Docente da Universidade do Estado da Bahia - Campus I

---

Liliane Ferreira Mariano da Silva  
Doutora em L'Etudes de l'Amérique Latine pelo Université Sorbonne Nouvelle -  
Paris III -, França  
Docente da Universidade do Estado da Bahia - Campus I

---

Crispiniano Carneiro de Oliveira  
Doutor em Educação (UFBA)  
Docente da Universidade do Estado da Bahia - Campus I

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, primeiramente, aquele que me sustentou em momentos de fraqueza, ensinou-me a nunca desistir, colocou pessoas maravilhosas em minha trajetória de vida e me ajudou a realizar esse sonho.

Agradeço a minha família, por investir e acreditar em meus sonhos. Agradeço a meus pais, Sonia e Nalson, que me ensinaram a conquistar e a driblar o impossível com fé, amor e dedicação. A meus sobrinhos, 'Nono e Tutu,' pessoas que amo muito, que com muita alegria sempre quiseram roubar minha atenção para brincar e até mesmo ajudar a escrever este trabalho. A minha irmã, Gabriela, que esteve presente em todas as etapas dessa minha trajetória, sempre me motivando. Ao meu esposo, Jadison, pela paciência e incentivo. E a todos aqueles que, embora não mencionados, contribuíram diretamente para minha formação.

A meu orientador Jessé Machado, pela paciência, dedicação e compreensão, por ter me encorajado a enfrentar os desafios e indicado o melhor caminho para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores e funcionários do Curso de Urbanismo por me ajudar a concluir essa etapa da minha vida. E a todos os professores que construíram a escada que me ajudou a entrar na Universidade.

Aos colegas da Defesa Civil de Salvador- CODESAL, onde tive o prazer de estagiar, onde pude trocar experiências e construir amizades como as de Rita Jane, minha chefe no período de estagio, Ana Livia, Simone Café, Élcio, Jair, Jaconias, Eunice, Michelle, Carol, Milton e Fatima.

Aos amigos, que, mesmo distantes, me ajudaram. Por fim, meu agradecimento especial a Rafaela, Luís e Joelma, por quem me sinto eternamente grata.

Muita obrigada mesmo! É de coração e com muita emoção que agradeço a cada um de vocês por terem tornado possível esse caminho.

*“Eu sou maior do que era antes  
Estou melhor do que era ontem  
Eu sou filho do mistério e do silêncio  
Somente o tempo vai me revelar quem  
sou”*

(Dani Black)

## RESUMO

Horta Urbana é uma atividade de produção de alimentos. Geralmente é realizada em pequena escala e localizada em espaços urbanos. Sua produção pode estar voltada para o mercado, para autoconsumo ou doação. Este trabalho é um relato de experiência da concepção e implantação de uma horta comunitária localizada no bairro da Pituba, em Salvador. O estudo mostra que, stricto sensu, esse tipo de horta não se enquadra em modelos que buscam explicar a lógica econômica de funcionamento de atividades produtivas realizadas coletivamente. O trabalho indaga os limites e as possibilidades de retração, continuidade, ou ampliação da horta como empreendimento de caráter mais social do que propriamente econômico. Metodologicamente recorre a depoimentos de pessoas envolvidas com o projeto: seu idealizador, seus participantes, parceiros, colaboradores e beneficiários. Revisa a literatura disponível sobre economia solidária, economia popular, economia informal. Identifica a presença de determinados elementos do circuito inferior da economia urbana em cada uma dessas economias no sentido de descobrir convergências e divergências entre elas. Com ilustrações fotográficas, apresenta exemplos de agricultura urbana acontecidos no Brasil e no exterior.

**Palavras-chave:** Horta urbana; Economia informal; Economia solidária; Economia Popular; Espaço urbano.

## ABSTRACT

Urban garden is a food production activity. It is usually generated on a small scale and located in urban areas. Its production may be market-oriented for self-consumption or donation. This work is an account of experience in the conception and implementation of a community urban garden, located in the neighborhood of Pituba, in Salvador. The study shows, *stricto sensu*, this type of garden does not fit into models that seek to explain the economic logic of the operation of productive activities carried out collectively. The work investigates the limits and possibilities of retraction, continuity, or expansion of the garden as an enterprise of a more social character than properly economic. Methodologically, it uses statements from people involved with the project: its creator, its participants, partners, employees and beneficiaries. It reviews the available literature on solidarity economy, popular economy, informal economy. It identifies the presence of certain lower circuit elements of the urban economy in each of these economies in the sense of discovering convergences and divergences between them. With photographic illustrations, he presents examples of urban agriculture occurring in Brazil and abroad.

**Keywords:** Urban Garden; Informal economy; Solidarity economy; Popular economy; Urban space.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Horta Comunitária do Cosme Velho.....	46
Figura 2 - Horta do Ciclista .....	47
Figura 3 - Cobertura do Shopping Eldorado.....	47
Figura 4 - Horta Comunitária de Sete Lagoas.....	48
Figura 5 - Horta Comunitária de Mustardinha .....	48
Figura 6 - Projeto Germinar .....	49
Figura 7 - Brooklyn Grange.....	49
Figura 8- Hong Kong Vale Farn - China.....	50
Figura 9 - The Incredible Edible Todmorden - Inglaterra .....	51
Figura 10 - Antigo Aeroporto de Tempelhof .....	51
Figura 11 - Sodarofarn - Tóquio.....	52
Figura 12- Panfleto .....	56
Figura 13 - Limpeza e preparação do terreno .....	57
Figura 14 - Preparação do terreno, meio fio e irrigação .....	58
Figura 15 - Primeira entrega das hortaliças a Instituição de Caridade Lar Irmã Maria Luiza.....	64
Figura 16 - Primeira entrega a Casa de Repouso Santa Clara .....	65
Figura 17 - Primeira entrega a Instituição Lar Irmã Lourdes.....	65
Figura 18 - Horta do Horto Florestal.....	66
Figura 19 - Horta no Condomínio Morada Alto do Imbuí .....	67

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Circuitos superior e circuito inferior da economia-características inerentes. .....	34
Quadro 2 - Tipos de economia e inerentes elementos do Circuito inferior. ....	35
Quadro 3 - Diferenças entre agricultura intraurbana e Periurbana .....	41
Quadro 4 - Hortas Urbanas: classificação e finalidades .....	42
Quadro 5 - Tipos de hortas urbanas e objetivos das pessoas envolvidas. ....	44
Quadro 6 - Panorama das iniciativas nas regiões metropolitanas do Brasil. ....	45
Quadro 7 - Produção de horta em Salvador.....	53
Quadro 8 - Relato de participantes do projeto Horta Comunitária da Pituba, impressões pessoais quanto a satisfação/ benéficos em participar como voluntário...	63

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Renda, escolaridade e idade. Salvador e Pituba - 2000 e 2010.....	54
--	----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária.....	61
Gráfico 2 - Gênero.....	61
Gráfico 3 - Grau de escolaridade.....	62

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>CHESF</b>	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
<b>EMBASA</b>	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>LIMPURB</b>	Empresa de Limpeza Urbana do Salvador
<b>MPF</b>	Ministério Público Federal
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>PACS</b>	Políticas Alternativas para o Cone Sul
<b>SECIS</b>	Secretária Cidade Sustentável e inovação
<b>SECOM</b>	Secretária de Comunicação
<b>SEMAN</b>	Secretaria de Manutenção

# SUMÁRIO

1. <b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
2. <b>MARCO CONCEITUAL</b> .....	19
2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA: SIGNIFICADO, TRAJETÓRIA E APLICABILIDADE.....	20
2.2 Economia POPULAR COMO APROXIMAÇÃO TEÓRICA AO CAMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	25
2.3 ECONOMIA INFORMAL.....	28
2.4 OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA .....	31
3. <b>AGRICULTURA URBANA</b> .....	37
3.1 ALGUMAS DEFINIÇÕES.....	37
3.2 HORTA URBANA (COMUNITÁRIA).....	42
3.2.1 HORTA URBANA NO BRASIL: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS.....	45
3.2.2 HORTA URBANA: EXPERIÊNCIA AO REDOR DO MUNDO .....	49
4. <b>RELATO DA EXPERIÊNCIA</b> .....	53
4.1 ESPAÇO EMPIRICO DE OBSERVAÇÃO .....	53
4.2 O RELATO.....	55
4.3 RESULTADOS DA PESQUISA.....	60
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	68
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	71
<b>APÊNDICE</b> .....	75

## 1. INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está elaborado como relato de uma experiência de implantação e desenvolvimento de horta comunitária urbana na Pituba, bairro nobre do Município de Salvador, na Bahia.

A implantação de hortas em centros urbanos não é atividade nova. Uma das primeiras experiências dessa natureza ocorreu no período da Primeira Guerra Mundial quando os preços dos alimentos aumentaram consideravelmente, e alguns até se tornaram escassos. Nessa ocasião, a fim de assegurar as necessidades alimentares básicas da maioria da população, o Governo promoveu a construção de algumas hortas comunitárias (GONÇALVES, 2014). A importância dessas hortas é relevante em países como o Brasil, onde pesquisas apontam que a maioria das grandes famílias, especialmente as menos favorecidas, gasta aproximadamente 80% da renda mensal com alimentação; são famílias que, além de terem dificuldades para adquirir alimentos, não possuem conhecimentos suficientes para obter melhor aproveitamento quanto à ingestão de frutas, verduras e legumes (AIBUQUERQUE, 2012).

Sabe-se que as primeiras hortas urbanas em Salvador surgiram em fundos de vales e baixadas. A produção de hortaliças na localidade da Estrada da Rainha, ou na Avenida Mario Leal Ferreira, popularmente conhecida como Avenida 'Bonoco', são exemplos ilustrativos dessa atividade. Ambas foram de uma época em que a própria economia baiana ainda era de tipo primário-exportadora e não de tipo urbano-industrial. Com o passar dos anos, outras hortas surgiram com a finalidade de abastecer a população local, isto é, produzir para o mercado. Por motivos diversos, adiante explicitados, esse tipo de produção e vendas, foi gradativamente desaparecendo. Atualmente, existem hortas que destinam parte de sua produção para o mercado e parte consumo próprio e/ou para doação.

A literatura existente sobre a exploração de espaços urbanos para o

cultivo de alimentos não é extensa. Algumas publicações falam de fazendas urbanas, outras de hortas comunitárias, de agricultura urbana e peri-urbana, entre outras nomenclaturas. Uma definição precisa quanto a conceito e objetivo de horta urbana ainda não é possível. Relatos de experiências dessa natureza realizadas no país não convergem conceitualmente. Sabe-se que hortas urbanas (hortas comunitárias) são capazes de contribuir com a sustentabilidade das cidades, seja pela produção de alimentos, construção e/ou ampliação de áreas verdes, reutilização de resíduos sólidos e líquidos, ou mesmo pelos decorrentes aspectos sociais.

A cidade de Salvador tem extensão territorial de aproximadamente 693km<sup>2</sup> e sua população atual é de 2.938.092 milhões de habitantes, dos quais 20% está na faixa etária de 60 ou mais anos de idade. Segundo o IBGE (2017), está espacialmente distribuída por 163 bairros, alguns com alto valor imobiliário. O forte adensamento populacional da maioria de seus bairros reflete uma situação decorrente de ocupação relativamente desordenada que, por sua vez, sugere ausência de planejamento urbano e/ou de políticas habitacionais eficazes. Visualmente, é fácil perceber que em Salvador há duas situações marcadamente opostas quanto a distribuição espacial das unidades residenciais e ou comerciais: a dos bairros considerados 'nobres' em que as unidades são construídas com recuos mais amplos entre si, nos quais os condomínios de apartamentos, em geral, possuem áreas livres espaçosas e áreas verdes que, de certo modo, colaboram para a melhoria da qualidade de vida de seus moradores; a dos bairros de classe de renda baixa, bairros populares, nos quais as unidades são construídas com pouco recuo entre si e, na maioria das vezes, ocasiona, problemas de circulação por falta de área ou pelo tamanho reduzido das áreas de circulação existentes. Nestes bairros a disposição espacial das casas passa a impressão visual de que estão coladas umas nas outras e que há elevado grau de adensamento populacional. São locais que dificilmente poderiam abrigar hortas urbanas de caráter coletivo.

Neste TCC, assume-se que o processo de ocupação e uso do solo implica a existência de disputas entre produtores de espaço urbano, isto é: proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e também grupos sociais excluídos (integrantes dos movimentos de sem-teto, por exemplo). Nessa perspectiva, o uso do solo para implantação de hortas urbanas remete a escolhas (*trade-off*) entre alternativas e gera custos de oportunidade, porquanto se trata de uso de espaço para uma finalidade específica e não para outras igualmente capazes de gerar benefícios sociais<sup>1</sup>

Entende-se a Horta Urbana como um tipo de ação que envolve o trabalho de pessoas, remunerado ou voluntário, em torno de pelo menos duas finalidades: servir de estratégia de ampliação e/ou geração de renda, ou ser apenas atividade de lazer.

O Projeto Horta Urbana de Salvador é a unidade de análise deste relato de experiência. Trata-se de ação voluntária relativamente nova que se encontra em seu estágio inicial de ciclo de vida. Portanto, tem-se como objetivo geral do trabalho o relato do conjunto de experiências vividas, desde a fase de concepção até as fases de implantação e execução das atividades para saber sobre os limites e possibilidades de retração, continuidade ou ampliação da horta.

Metodologicamente, recorreu-se a depoimentos do idealizador do projeto, além dos depoimentos de participantes, parceiros, colaboradores e beneficiários. As informações/declarações foram coletadas mediante utilização de questionários com perguntas abertas e estruturadas. Alguns foram aplicados de modo presencial, outros de forma virtual. Além dos dados obtidos das entrevistas, recorreu-se a informações contidas na literatura revisada. Buscou-se com tais procedimentos saber a existência de limites e

---

<sup>1</sup> Custo de oportunidade é um conceito económico que permite fazer referência ao valor da melhor opção não realizada ou ao custo do investimento dos recursos disponíveis em detrimento dos investimentos alternativos disponíveis.

possibilidades quanto à expansão e continuidade da horta comunitária.

O TCC está estruturado em 4 partes: Primeiro, faz-se uma breve revisão de literatura sobre 'economia solidária', economia popular, economia informal e circuito inferior da economia urbana. Em continuidade, fala-se do conceito de agricultura urbanas que vem do pós-guerra, com a finalidade de atender a população em meio ao caos. A terceira parte apresenta a experiência propriamente dita do Projeto Horta Urbana de Salvador, com a descrição de suas diversas etapas, além de depoimentos dos atores envolvidos. A quarta e última parte apresenta o relato da experiência que se inicia com breves considerações sobre o espaço empírico de macrolocalização do projeto, a Cidade de Salvador, na Bahia, com destaque para questões de renda, idade e escolaridade do bairro da Pituba.

## 2. MARCO CONCEITUAL

A Horta Urbana, objeto deste TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), embora seja unidade de produção de alimentos, não se enquadra *stricto sensu* no conceito de firma porque não gera renda sob a forma de salário, juro, aluguel e lucro, remunerações de recursos produtivos inerentes a qualquer empresa que produz para o mercado. Compreendê-la como unidade econômica, de caráter produtivo, passível de ser assimilada por distintos campos e abordagens conceituais e teóricas, como os da Economia Solidária (daqui em diante denominada como ES), Economia Popular e Economia Informal, implica esforço imaginativo no sentido de perceber a existência ou não de traços comuns a essas modalidades de economia, e possíveis transposições para esse tipo particular de atividade. À primeira vista, a tendência é associar iniciativas dessa natureza ao âmbito da ES porquanto é atividade que envolve ajuda mútua, ação coletiva e solidária. Outra possibilidade é entendê-la na perspectiva da economia popular e da economia popular e solidária, ou então no âmbito da economia informal. Para discutir tais possibilidades, tornou-se necessário revisar, ainda que sucintamente, a literatura inerente a cada tipo de economia supramencionado. De início, revisou-se o conceito de economia solidária para entender o que significa, como evoluiu, e o modo de aplicação. Em continuidade, revisou-se o conceito de economia popular, assim denominada por alguns autores, na tentativa de aproximá-la teoricamente ao campo da economia solidária; por fim, revisou-se as considerações sobre a economia informal. Para completar o leque de possibilidades quanto a possíveis enquadramentos da horta comunitária, caso seja entendida como unidade de produção, recorreu-se à teoria dos dois circuitos da economia urbana, proposta por Milton Santos. A busca de convergências conceituais levou à construção do Quadro 2 onde estão discriminados os diversos tipos de economia e elementos presentes na teoria dos dois circuitos da economia

urbana.

## 2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA: SIGNIFICADO, TRAJETÓRIA E APLICABILIDADE

Como prática alternativa ou estratégia para geração de trabalho e renda, a expressão ‘economia solidária’ aparece, no Brasil, nos anos 1980 que marcaram a denominada ‘década perdida’, uma referência aos baixos níveis de crescimento econômico, um dos piores verificados naqueles anos, no contexto dos países latino-americanos. O baixo crescimento do Produto Interno Bruto gerou enorme crise no mercado de trabalho, motivada sobretudo pelo emprego de novas tecnologias que influenciaram negativamente a absorção de novos contingentes de empregados e/ou de pessoas ocupadas, especialmente no setor industrial da economia.

De modo mais preciso, pode-se dizer que a experiência de ES, no Brasil, primeiramente aconteceu entre os anos de 1980 e 1990, através de “variadas experiências de geração de trabalho e renda, realizadas isoladamente por ONGs, e também pela CÁRITAS através dos PACS – Políticas Alternativas para o Cone Sul”. (BARBOSA, 2007 p. 175). Segundo este mesmo autor (idem, 2007), além dessas, outras experiências posteriores ajudaram a criação de um arcabouço institucional representado por eventos como encontros Regionais, Articulação Internacional, Redes, Fóruns e a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária no ano de 2003, além de um arcabouço de natureza teórico conceitual. Contudo, o campo da Economia Solidária, no Brasil, amadurece nos anos 1990, “no âmbito das pesquisas sobre reestruturação produtiva, processo de trabalho e organização da produção que evidenciaram o surgimento de novas relações entre os atores sociais no mundo do trabalho no bojo de uma crescente precarização e exclusão social”

(DAGNINO, 2000, p. 46).<sup>2</sup>

A partir da década de 80, começam a surgir no país várias experiências com traços constitutivos de solidariedade, cooperativismo, mutualismo e autogestão comunitária, não baseadas na lógica do mercado e do lucro. Tais experiências foram incluídas no que viria a ser denominado como Economia Solidária (RAZETO, 1993), tipo especial de economia que não pode ser confundida com outras formas tradicionais de produção, também solidárias, como o cooperativismo. Quando se considera a ES como uma alternativa inovadora na geração de trabalho e inclusão social, torna-se mais provável que se queira afirmar que ela surge como uma alternativa para os que não estão inseridos na Economia formal ou inseridos inteiramente na economia informal, isto é, tipo especial de economia ou de economia popular, como se discutirá adiante.

Conforme Pitaguari, 2012

A ES ressurgiu no fim do século XX, com a desregulamento da economia e a liberação dos movimentos de capital em todo mundo, que geraram desemprego em massa, polarização entre ricos e pobres, pobreza e crescimento dos problemas ambientais. A crise do modelo capitalista de produção e consumo colaborou para que novos modelos organizacionais passassem a ser debatidos e estudados, e, entre eles, os empreendimentos de ES ganharam destaque, tanto no meio acadêmico como no ambiente institucional, destacando-se como experimento de uma nova sociabilidade. Essas iniciativas apoiam-se na valorização do ser humano ao invés do capital, por meio de iniciativas coletivas amparadas no modelo de autogestão (PITAGUARI, 2012, apud SINGER, 2002, p. 172).

Antes de afirmar a ES como alternativa ao modelo capitalista de produção e consumo cabe considerar a economia como “um sistema em constante evolução que gera continuamente mudanças de modelos” (Capra, 1982 p. 215). Portanto, saber preliminarmente até que ponto se pode ou não entender ES como modelo econômico não é trivial, modelo de autogestão mais ainda. Caso a ES assuma a condição de novo paradigma econômico,

---

<sup>2</sup> Entende-se por reestruturação produtiva, as novas formas de organização da produção e do trabalho, receptivamente relacionada a flexibilização do trabalho na cadeia produtiva proporcionados pelas inovações tecnológicas.

qual seria a possibilidade de vir a ser uma alternativa ao modelo capitalista de produção e consumo? Tal substituição seria uma decorrência de alguma crise inerente ao modelo hegemônico e vigente? Que tamanho e proporção teria tal modelo, de modo a substituir ou mesmo complementar o modelo capitalista? Quem seriam os novos agentes com protagonismo nessa nova economia? São apenas perguntas dentre tantas outras que se podem fazer a esse respeito e as respostas são nada fáceis. Para ampliar o grau de dificuldade conceitual, basta considerar que empreendimentos da ES têm em sua constituição, organizações ou associações de pessoas com a finalidade de promover os interesses de seus membros (um pressuposto).

Outra dificuldade de respostas a esse conjunto de questões reside no dimensionamento da própria ES que não dispõe de dados empíricos suficientes e confiáveis para que se possa falar de sua importância como modelo econômico, ou de sua capacidade potencial de substituir a economia de mercado, seja por seu reduzido tamanho, relativamente ao da economia formal de produção e consumo, seja por sua prática de gerenciamento, mais informal e menos burocrática. Em que pese as dificuldades de dimensionamento e divergências conceituais, o certo é que diversos autores consideram a ES “como um novo paradigma na busca de soluções para a crise social e econômica que gerou a exclusão massiva de milhões de pessoas” (CAMPELLO, 2003, SINGER, 2000, MANCE, 2003, FRANÇA FILHO, 2006).

Cabe considerar que no âmbito da ES existem empreendimentos de porte e natureza diversos: assim como existem as grandes cooperativas que produzem para o mercado, há empreendimentos de tamanho reduzido e com traços semelhantes aos apresentados por estabelecimentos típicos da economia informal, como se discutirá adiante.

O termo ES é habitualmente usado para caracterizar aquelas cooperativas mais engajadas com a ideia de desenvolvimento econômico comunitário e desenvolvimento local, como as chamadas cooperativas de

“terceira onda” que são as cooperativas de trabalho e cooperativas habitacionais, ambas caracterizadas por serem de pequeno porte relativamente ao porte das cooperativas tradicionais, bem como por expressarem novos compromissos sociais (VASCONCELLOS, *idem*, 2007). Não significa dizer que a ES é constituída apenas por cooperativas, isso não seria correto.

Segundo Farid (2004), a partir de meados da década de 1980, diversas experiências de ES têm sido analisadas. Majoritariamente, funcionam como embriões de novas formas de produção, de organização do trabalho e do mercado; minoritariamente, são entendidas como entidades de caráter assistencialista. Para esta mesma autora (*ibidem*, 2004), tais experiências possuem potencial para revigorar energias de setores populares excluídos, de emancipação e de apropriação de tecnologias produtivas e organizacionais; ela acredita que o campo da ES envolve o novo, o que não existia antes ou que possuía existência inexpressiva e, principalmente, o que precisa ser construído. Em sua concepção, não se trata de uma estratégia defensiva nem reformista e sim, propositiva de novos modelos de atividade econômica e de trabalho que ajudarão a criar uma nova sociedade; além do mais, não se trata, igualmente, de algo transitório, de simples ‘estágio prévio à entrada na economia formal’ (grifo no texto original).

Outras visões otimistas a respeito da força da ES podem ser encontradas em autores como Dagnino (2000). Para ela, a ES pode ser a pedra que faltava no quebra-cabeça que determinadas correntes políticas e ideológicas vêm montando como projeto alternativo ao neoliberalismo e quanto à forma de organização do trabalho e de gestão da produção. Ressalta as dificuldades dessa economia, que tem barreiras a superar: uma delas, os requerimentos tecnológicos; outra, as dificuldades da mobilização de recursos cognitivos necessários ao seu desenvolvimento (DAGNINO, 2000). Provavelmente uma das barreiras mais significativas para a

existência de uma economia baseada na solidariedade está em que um de seus preceitos fundamentais é a cooperação.<sup>3</sup>

Dentro dessa mesma corrente otimista ou, quem sabe, utópica, situa-se Paul Singer. Para ele a ES é um sistema propositivo de mudança social, na medida em que não apenas coloca resistência ao atual sistema de produção e organização capitalista, como ainda é capaz de promover novas perspectivas de sustentabilidade e de focalização no ser humano (ao promover o seu bem-estar) e no ambiente (ao conservá-lo), aspectos essenciais do processo (SINGER, 2002). Para este autor, as relações sociais nesse novo tipo de organização têm uma nova disposição que aponta para maior valorização do ser humano e do ambiente onde se insere e vai desde processos produtivos até a comercialização e pós-uso. Não fica claro até que ponto a visão deste autor pode ser considerada utópica, porquanto a sociedade atual é substancialmente individualista. Nesse sentido, a implantação de hortas comunitárias em terrenos baldios pode ocasionar melhores condições de vida, sobretudo para os que nelas estão envolvidos; contudo, não chega a ser significativa como nos termos acima enunciados por Singer.

Foge ao escopo deste TCC polemizar em torno de ideias ou conceitos já consagrados. Quer-se apenas sublinhar que, na revisão da literatura sobre o tema, a maior parte dos autores apresenta visões de pleno otimismo acerca da ES quanto ao seu papel de transformação das estruturas econômicas e sociais. Autores como França (2006) e Singer (2002), por exemplos, destacam em suas abordagens a importância da ES para a questão da sustentabilidade por acreditarem que ela é ponto de partida para a conservação e a reutilização de bens e de serviços no processo produtivo da economia atual e que esse tipo de economia se encontra interligado ao coletivo, ao pensar no próximo e considerar as gerações futuras.

---

<sup>3</sup> Por cooperação, entende-se a ação conjunta de membros de uma comunidade de modo que o resultado da ação coletiva dependerá das ações individuais

Em geral, as definições convergem e apontam para a existência da sociedade de tipo-ideal, onde

Economia Solidária seria uma forma de organização econômica, que incorporaria os valores da democracia dentro do contexto econômico, prezando pelo trabalho coletivo, pela igualdade entre os membros, pela divisão do poder de decisão, pelos iguais direitos diante de decisões, pela fidelidade na representatividade do grupo, sendo a igualdade e a democracia elementos centrais deste novo movimento econômico. Nesse processo, reúnem-se um conjunto de iniciativas econômicas privadas direcionadas para o interesse coletivo e baseadas na solidariedade e na cooperação, sendo realizada a elaboração conjunta da oferta e demanda a partir dos espaços públicos de proximidade, os quais favorecem uma rearticulação econômica, social e política (GUÉRIN, 2005; apud Ramos, 2011, p. 6 e 7).

## 2.2 ECONOMIA POPULAR COMO APROXIMAÇÃO TEÓRICA AO CAMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

De forma mais depurada, entende-se como economia popular o conjunto de atividades econômicas e o conjunto de práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas (ICAZA; TIRIBA, 2003, p.101), conceito associado à questão sobrevivência.

Vasconcelos (2007) citando Tiriba (1998), afirma que o termo Economia Popular também apresenta limitações para designar o fenômeno da ES. Em comum os dois termos pressupõem a negação da relação empregado-empregador. Na opinião destes autores, a Economia Popular é composta de, pelo menos, cinco tipos de atividades e empreendimentos, a saber: soluções assistenciais e filantrópicas (mendicância, Programas Oficiais de assistência, etc.); atividades ilegais e pequenos delitos (venda de drogas, prostituição, pequenos furtos, etc.); iniciativas individuais não estabelecidas e informais (vendedores em geral, camelôs, etc.); microempresas e pequenas oficinas e negócios de caráter familiar, individual ou de dois ou três sócios (as mais diversas formas de associativismo); organizações econômicas coletivas, populares e solidárias, como as

Cooperativas). Quanto ao uso da expressão 'atividades ilegais e pequenos delitos,' cabe salientar: consideram-se ilegais as atividades cujo processo de produção é mais ou menos ilícito, assim como o produto final destinado ao consumo (CASTELLS e PORTES, 1989). Dessa forma, atividades como venda de drogas, prostituição, ou a prática de pequenos delitos não fazem parte da economia popular já que são atividades de natureza criminal.

França Filho (2007) ressalta que a economia popular diz respeito a um conjunto de atividades de produção, comercialização ou prestação de serviços efetuados coletivamente (e sob diferentes modalidades de trabalho associado) por grupos populares, principalmente no interior de bairros pobres e marginais das grandes cidades latino-americanas. Tais grupos se estruturam de modo bastante informal e constroem relações de reciprocidade, tecidas no cotidiano de suas formas de vida e nos próprios laços comunitários. Em sua visão,

[...] a economia popular representa uma espécie de prolongamento das solidariedades ordinárias que são tecidas no interior dos grupos primários. Algumas dessas manifestações são bastante visíveis nos meios populares, conforme revela a prática mais conhecida sob o título de mutirão. O mutirão é uma forma de auto-organização popular, comunitária, coletiva e solidária, para a concretização de projetos ou para a resolução de problemas públicos concretos vividos pelas pessoas no seu cotidiano. Ele consiste em associar o conjunto dos moradores de uma comunidade na realização dos seus próprios projetos coletivos como, por exemplo a construção de equipamentos públicos ou de próprias casas. Trata-se, efetivamente, da implantação de atividades que são completamente indissociáveis da vida social do bairro. O final de um dia de trabalho em mutirão costuma sempre terminar numa grande festa coletiva popular, marcada, em geral, pela feijoada (FRANÇA FILHO, 2007, p.167).

De fato, ao fazer parte de uma economia sem dinheiro, realizada apenas pela troca de mercadorias por mercadorias ou serviços por serviços, bens por serviços (espécie de economia de escambo) o mutirão, citado por França Filho, torna-se um evento onde o cidadão expressa seu interesse em prol do coletivo. Vale destacar que essa economia não visa lucro e sim a sobrevivência, ou seja, supre necessidades pessoais. Cabe dizer que nem todas as atividades realizadas por esses atores têm caráter solidário;

algumas envolvem recursos usados para obtenção de resultados destinados apenas a um indivíduo. As atividades ilícitas estão fora desse escopo.

Lisboa (2004), citado por Dagnino (2000), vê na economia popular uma forma de inserção tanto da parcela populacional dos 'nunca empregados' como dos desempregados que foram ou se encontram vitimados por mudanças tecnológicas contemporâneas, como a reestruturação produtiva. O autor acredita que a economia popular, aos poucos, irá constituir um espaço econômico próprio, formado por todos aqueles que criarem ou estabelecerem formas coletivas de produção material da sua vida. Para Lisboa (2004) a Economia Solidária de Singer não coincide exatamente com o conceito de Economia Popular, uma vez que esta, além de possuir inserção comunitária, onde há presença de relações de reciprocidade, também começa a constituir suas próprias redes de intercâmbio e apoio. Para este mesmo autor,

(...) os pobres antigos (que seriam os atores centrais da Economia Popular...) também são atingidos pela terceira revolução industrial, tanto pela diminuição da mobilidade social (desaparecendo as esperanças duma ascensão social futura), quanto pelo agravamento da concorrência nos mercados informais devido à ampliação do leque do exército industrial de reserva (além do próprio fato da reestruturação produtiva tornar mais competitiva a pequena produção) (LISBOA, 2004, p.13).

Ao que tudo indica, a Economia Popular (EP) tem mais semelhanças que divergências com a ES. Encontram-se interligadas ao coletivo, no pensar relativamente ao próximo e às gerações futuras. Há também uma relação direta entre a economia popular e a ES fundamentada no baixo custo das atividades produzidas, no trabalho voluntário e na busca de melhores condições de vida para os seus associados.

Diversas são as formas de produzir, distribuir e consumir bens e serviços ofertados por organizações comunitárias ou coletivas, ou de práticas semelhantes. No âmago da EP há uma plêiade de possibilidades.

[...] não se restringe às cooperativas, mas ao conjunto de “práticas que contribuem para rearticular o econômico às outras esferas da sociedade, na perspectiva de uma sociedade mais democrática e igualitária” (Guérin, 2005, p. 79). Tais práticas incluem a criação ou a manutenção de empregos; a produção e a comercialização coletiva; a moradia coletiva; a poupança e o crédito solidários; as trocas não monetárias; os serviços coletivos de saúde; a proteção coletiva do meio-ambiente; a segurança alimentar; o apoio à criação de atividades individuais ou coletivas; a criação de novos serviços. Embora as cooperativas (de consumo, de trabalho, de produção e de crédito) constituam uma das formas importantes por meio das quais tais práticas sociais se desenvolvem, elas não são as únicas; de fato, há várias outras formas importantes como os clubes de troca, a autoconstrução, o microcrédito ou o crédito solidário, os jardins comunitários, as cozinhas coletivas, os serviços da vida cotidiana (como cuidar de crianças ou idosos) (GUÉRIN, 2005, p. 79, apud Leite, 2008).

Essa gama de atividades arroladas por Guerin, leva à necessidade de entender que podem estar situadas em dois lados de uma mesma moeda - economia formal e economia informal - quando se trata de economia de mercado. Ou ainda de atividades situadas em um dos dois circuitos da economia urbana. Em continuidade, os conceitos de economia informal e circuito inferior da economia urbana serão revistos pela respectiva literatura, mesmo que de forma abreviada. À miúdo as atividades de pequeno porte encontram-se abarcadas por um ou por ambos destes conceitos.

### 2.3 ECONOMIA INFORMAL

De acordo com Portes (1989), o conceito de economia informal nasceu no terceiro mundo, a partir de uma série de estudos sobre os mercados de trabalho urbanos na África. Diz ainda, que tal expressão foi cunhada por Keith Hart, antropólogo econômico que, ao enviar relatório à Organização Internacional do Trabalho (OIT), postulou um modelo dual de oportunidades de ingresso da força de trabalho urbana, baseada em sua maior parte na distinção entre emprego e emprego por conta própria (auto emprego), de modo que o conceito de informalidade se aplicou, inicialmente a esta última modalidade. Hart (1973), citado por Portes (1989), enfatizou o notável dinamismo e a diversidade de atividades que, em sua opinião não eram apenas as de engraxate ou de vendedores de fósforo. Contudo, essa caracterização dinâmica do setor informal se perdeu posteriormente,

porquanto o conceito se institucionalizou dentro da burocracia da OIT, aonde ele foi redefinido e passou a ser sinônimo de pobreza, ficando estabelecido que a economia informal passaria a se referir a um modo urbano de fazer as coisas, caracterizada, dentre outras, por baixas exigências quanto a capacitação, capital e organização (PORTES, 1989).

Uma rápida discussão sobre o conceito de economia informal torna-se necessária pelo fato de que a compreensão sobre o que é formal e o que é informal nem sempre fica estabelecido. Para Cacciamali (2000) a denominação 'informal' pode representar fenômenos distintos que vão de fatos como evasão de sonegação fiscais a formas de organização da produção através de microempresas, comércio de rua ou ambulante, bem como trabalho temporário e trabalho em domicílio. Esta mesma autora afirma que a expressão 'setor informal' foi originado e difundido no âmbito da OIT, que destaca as seguintes características encontradas nas empresas deste setor:

- a) Propriedade familiar do empreendimento;
- b) Origem e aporte próprio dos recursos;
- c) Pequena escala de produção;
- d) Facilidade de ingresso;
- e) Uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada;
- f) Aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino;
- g) Participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado. (OIT, 1972).

A economia informal em alguns casos é vista como sinônimo de economia invisível ou subterrânea. Para muitos, no capitalismo organizado “certas transações envolvendo bens e serviços evadem a Contabilidade Nacional e permanecem ocultas. Isso aplica-se especialmente a atividades ilegais, tais como o contrabando, o tráfico de drogas, fraudes fiscais e infrações de leis trabalhistas” (BAGNASCO, 1997, p. 13). Deve-se, contudo,

ter o cuidado de não confundir informalidade com ilegalidade. Empresas que desenvolvem atividades legais nem sempre deixam de ser informais (ver Castells e Portes, 1989). Nesse sentido Cacciamali (1992 e 2000) aponta algumas características inerentes às empresas do setor informal:

Seus proprietários, em virtude da escassez de capital, adotam técnicas de produção obsoletas que implicam baixos níveis de produtividade e de remuneração. Juntamente com trabalhadores, muitas vezes, subremuneram suas rendas para fazer frente à competição movida por firmas que se encontram estabelecidas em patamar tecnológico ou de capital superior.

Devido à existência de escassez de capital, cuja decorrência é o uso de tecnologias obsoletas, o trabalhador informal dirige e mantém sua atividade muito mais em virtude do emprego e do fluxo de renda gerados do que na busca de uma taxa de rentabilidade competitiva.

Estes fatores apontados por Cacciamali (1999 e 2000) indicam fragilidades financeiras e gerenciais, sobretudo associadas a estabelecimentos de micro e pequeno porte. Para esta autora, informalidade é “estratégia de sobrevivência implementada pelos indivíduos que apresentam dificuldades de reemprego ou de ingresso no mercado de trabalho. Frequentemente, restarão aos que se encontram nessa última situação os trabalhos de baixa produtividade” (CACCIAMALI, 2000, p. 160).

No âmbito da economia informal também se pode destacar determinados tipos de atividades pertencentes a um campo específico, como o da economia popular. A rigor, as definições para ES, economia popular e economia informal parecem remeter a uma disputa de caráter meramente semântico haja vista a proximidade conceitual entre elas. Um traço distintivo da economia informal é que as atividades informais não precisam ser solidárias, coletivas. O que a aproxima da economia solidária e da economia popular é, talvez, a própria informalidade entendida como jeito simples e não-burocrático de fazer as coisas.

Quanto às duas outras economias, ambas “referem-se aos diferentes setores e formas de organização coletiva de trabalhadores, de geração de trabalho e renda, tendo, entre os seus traços característicos, a gestão autônoma, participativa e democrática, o compromisso com a auto sustentabilidade e a busca do desenvolvimento humano integral” (KRAYCHETE,2002 p.12). Trata-se de uma forma bastante otimista de enxergar essas organizações que, embora estejam situadas nessas específicas economias, de um modo ou de outro acabam relacionando-se com a economia capitalista de mercado.

Em continuidade, será feita uma breve apresentação dos Dois Circuitos da Economia Urbana. A finalidade é identificar que características, tanto do circuito inferior da economia urbana, quanto do setor informal da economia, encontram-se presentes em unidades produtivas da economia solidária, da economia popular ou da economia popular solidária.

#### 2.4 OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

Neste trabalho houve a necessidade de discutir concisamente os dois circuitos da economia urbana, mais precisamente o circuito inferior, e suas possíveis relações, tanto com o setor informal da economia urbana, como da economia solidária e da economia popular.

Segundo Santos (2008) definir os dois circuitos não é trivial. Para ele, a simples enumeração dos elementos de cada um não é satisfatória. É necessário a percepção do conjunto das atividades realizadas em certo contexto e por setores da população a eles vinculados do ponto de vista da produção e do consumo. Duas considerações importantes deste autor merecem destaque:

- Todas as camadas podem consumir fora do circuito a qual pertencem;
- Quanto às atividades desenvolvidas pelas empresas, embora apresentem um predomínio de características de um dos

circuitos, podem também apresentar algumas do outro;

Santos (2008), faz um esforço de caracterização de cada um desses circuitos, mediante a identificação de variáveis isoladas. Ressalta, porém, 'que a diferença fundamental entre as atividades do circuito inferior e as do circuito superior está baseada nas diferenças de tecnologias e de organização'. De modo semelhante, como já explicitado, são parâmetros também utilizados para distinguir economia formal de economia informal.

Diante dessas considerações, parece que se está diante de uma visão dual da economia. Isso, no entanto é prontamente negado pelo próprio Milton Santos que admite bipolarização, não dualismo. Nesse sentido argumenta que 'os dois circuitos têm a mesma origem, mesmo conjunto de causas e são interligados' (SANTOS 2008, p. 53 e 56). Tanto que emprega o conceito de circuito superior marginal para distingui-lo do circuito superior propriamente dito. Essa conceituação remete à ideia de existência de um circuito intermediário e, portanto, de uma abordagem não dual.

Na opinião de Santos (2008), as condições que determinam a evolução da economia moderna e o crescente número de populações com baixo nível de renda levam à seguinte situação: ao circuito moderno corresponde um circuito econômico não-moderno, constituído de pequenas unidades manufatureiras, quase sempre artesanais, além de grande número de serviços de variadas espécies e unidades de produção e comércio de pequeno porte, que trabalham com quantidade (volume de vendas) também reduzida.

Um resumo de fácil entendimento dos circuitos superior e inferior da economia urbana encontra-se no Quadro 1, onde estão os elementos indispensáveis para distinguir um circuito do outro e ver como se comportam perante a economia tradicional. Posteriormente tais características serão utilizadas em modo de comparação com as outras economias aqui trabalhadas.

Por circuito inferior entende-se atividade de pequena escala, servindo principalmente, à população pobre, enquanto o superior está diretamente ligado a modernização tecnológica, melhor representada pelos monopólios (idem, 2008).<sup>4</sup>

Se, por um lado, é legítimo afirmar que esses dois circuitos estão presentes no modelo da ES, assim como no modelo da economia informal, por outro, torna-se improvável a existência de um circuito superior na denominada economia popular, não apenas por suas características intrínsecas, mas sobretudo pelo tamanho ou escala de atividade. O cotejo de características entre os diversos tipos de economia, conforme já mencionado, será feito no Quadro 2, adiante.

---

<sup>4</sup> A designação informal, dada ao circuito inferior, poderia ser significativa se fosse efetivamente associada à noção de racionalidade. Seria então possível considerar o assim chamado setor informal como destinado a desaparecer e dar lugar a uma nova ordem, onde toda a economia seria formalizada, isto é, totalmente sujeita às leis do capitalismo tecnológico, que é a forma atual do capitalismo em fase internacional” (SANTOS, 1978: p. 56).

Quadro 1 - Circuitos superior e circuito inferior da economia-características inerentes.

<b>Características</b>	<b>Circuito Superior</b>	<b>Circuito Inferior</b>
Tecnologia	Capital-intensivo	Trabalho-intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não-obrigatório
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequena quantidade, qualidade inferior
Preços	Fixos (em geral)	Submetidos à discussão entre comprador e vendedor
Crédito	Bancário institucional	Pessoal não institucional
Margem de lucro	Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios, com exceção dos produtos de luxo	Elevada por unidade, mas pequena pôr em relação ao volume de negócios
Relações com a clientela	Impessoais e/ou com papéis	Diretas, personalizadas
Custos fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilização de bens	Nula	Nula
Ajuda governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande atividade voltada para o exterior	Reduzida ou nula

Fonte: SANTOS, M. Pobreza Urbana.1978, p.50

Conforme o que já foi revisado, nota-se a falta de uniformidade teórico-conceitual entre os autores quanto a definições de ES, economia popular e até de economia informal. Como sublinhado, os empreendimentos solidários, comunitários ou equivalentes têm traços semelhantes aos de empreendimentos da economia informal ou subterrânea. Em sua forma de organização e produção, a Horta Urbana possui traços específicos que não se enquadram nesses modelos de economia, como se pode observar no Quadro 2, construído para identificar que elementos do circuito inferior estão presentes nos três tipos de economia ora apresentados, e para evidenciar

quão tênue é a linha divisória que os separam.

Quadro 2 - Tipos de economia e inerentes elementos do Circuito inferior.

Elementos da análise dos dois circuitos	Economia		
	Informal	Solidaria	Popular
Tecnologia	Trabalho intensivo	É uma escolha social, não puramente técnica e intensiva em trabalho voluntário	Trabalho de baixa qualificação
Organização	Não burocrática em que na maioria dos casos assumir a forma de microprojetos individuais	Burocrática / não burocrática e/ ou autogestionária	Atividades realizadas de forma individual ou familiar, como modalidade de trabalho associativos (cooperativas, associação de artesãos e outras)
Aporte de Capital	Reduzido	Reduzido	Unidades de trabalho e não inversão de capital
Emprego	Volumoso	Reduzido	Reduzido
Assalariado	Não obrigatório	Diversificado	Não obrigatório
Estoque	Pequena quantidade e de qualidade inferior	Pequena quantidade	Reduzido
Preços	Submetidos à discussão entre o comprador e vendedor	Submetidos à discussão entre o comprador e vendedor, em alguns casos fixos (em geral).	Submetidos à discussão entre o comprador e vendedor
Crédito	Geralmente, pessoal e não institucional	Bancário e institucional. Em maior parte pessoal e não institucional.	Geralmente, pessoal e não institucional
Margem de lucro	Geralmente baixa	Geralmente baixa, na maioria das unidades.	Geralmente baixa
Relações com a clientela	Diretas, personalizadas	Diretas, personalizadas	Diretas, personalizadas
Custo fixos	Baixos	Geralmente baixo	Muito baixo
Publicidade	Nula	Nula	Nula
Overhead capital	Dispensável	Dispensável	Nulo
Ajuda governamental	Nula ou quase nula	Reduzida	Geralmente nula
Dependência direta do exterior	Nula	Nula	Nula

Fonte: Elaboração própria, baseada em França (2002), Santos (2008), Kraychete (2002), Barbosa (2007) e Cacciamali (2000).

Cabe observar que os elementos de análise usados por Santos (2008) em sua teoria dos dois circuitos da economia urbana, enriquecem substancialmente as definições de economia solidária e de economia popular, à medida que não aponta características apenas qualitativas.

Diante do referencial apresentado, entende-se que a horta, objeto de estudo, é unidade produtiva desenvolvida em pequena escala, mediante ação coletiva efetuada por pessoas engajadas voluntariamente no projeto.

Apesar de possuir algumas características associadas a determinados elementos da análise dos dois circuitos, mencionados por Santos (2008), nota-se no Quadro 2 deste trabalho que a horta comunitária urbana da Pituba foge ao escopo de tal classificação, embora tenha alguma proximidade com a economia solidária e com a economia popular nos quesitos trabalho voluntário e forma de organização.

### 3. AGRICULTURA URBANA

Como conceito, a expressão 'agricultura urbana' era algo impensável. Com o crescimento das cidades e o surgimento das grandes metrópoles, apareceram novos hábitos de vida saudável que incluíram esporte, lazer e alimentação. Neste contexto irá surgir a prática da agricultura nas cidades. O conceito de agricultura urbana vem do pós-guerra, com a finalidade de atender a população em meio ao caos. Muitas famílias começaram a produzir alimentos nos quintais, pátios de fabricas, em parques, ao longo dos acostamentos e em terrenos de hospitais. A Alemanha foi pioneira na agricultura urbana, na Europa. Naquele país foram criadas hortas urbanas com vários objetivos: um deles, proporcionar aos pacientes (crianças) tratamento ao ar livre; outro, abastecer as tropas e a população ou funcionar como atividade geradora de renda. (GONÇALVES, 2014).

A agricultura urbana (daqui em diante denominada AU), é definida de vários modos.

#### 3.1 ALGUMAS DEFINIÇÕES

Segundo Flores (2003), em qualquer cidade, em algum momento, haverá agricultura urbana. Isso demonstra o caráter espontâneo dessa atividade, uma vez que em poucos locais ela está inserida dentro das políticas públicas. Essa constatação traz em si uma reflexão: se em qualquer cidade a AU é praticada, significa que ela assume funções diferentes em cada local (MATA, 2014). De acordo a Revista de Agricultura Urbana (2009), ela está presente 'dentro e ao redor das cidades, para e por seus residentes.' Nestes termos proporciona integração social, ambiental e econômica, necessária para criar um sistema agroalimentar sustentável em escala municipal.

Para Teixeira, agricultura urbana

é uma modalidade de agricultura com características próprias, integradas no sistema económico e ecológico urbano. A prática de agricultura em meio urbano difere da rural pelo ambiente em que se insere, podendo abranger uma grande variedade de tipologias, nomeadamente: hortas urbanas; jardins agrícolas; arborização urbana com árvores de fruto; cultivo de quintais agroflorestais; plantação e uso de plantas medicinais e ornamentais; plantação de culturas hortícolas junto a estradas e caminhos; ocupação de lotes urbanos vazios e cultivo em vasos e recipientes de vários tipos nas varandas, em terraços, em pátios, nas caves, nas paredes de estrutura construídas (TEIXEIRA, 2017, p. 12).

De acordo com Veenhuizen (2006), agricultura urbana pode ser definida como o cultivo de plantas e criação de animais para alimentação e outros usos e, ainda, como atividades correlatas, como a produção e entrega de insumos e a transformação e comercialização de produtos, dentro e ao redor das cidades e vilas. A agricultura urbana localiza-se dentro ou na periferia de uma cidade e dispõe de grande variedade de produção, desde a de subsistência e processamento no nível doméstico, até a agricultura plenamente comercializada. Já faz parte da história urbana das grandes cidades.

A agricultura urbana desempenha papel importante na construção de cidades resilientes, isto é, cidades com capacidade de resistir, absorver e se recuperar de forma eficiente dos efeitos de um desastre e, de maneira organizada, prevenir que vidas e bens sejam perdidos. O cultivo de alimentos em cidades pode melhorar a segurança alimentar, assim como reduzir a dependência de abastecimento que vem de regiões distantes, o qual está sujeito a crises de transporte ou ocorrências como conflitos armados, secas ou enchentes, e elevação de preços.

A disseminação da AU, praticado em telhados, lajes, varandas e canteiros, colabora para o embelezamento, redução de calor e amenização da poluição ambiental nas grandes cidades. Contudo, alguns desafios e dificuldades são a ela inerentes: disponibilidade de espaços para o cultivo, apoio técnico e financeiro, logística de comercialização, bem como legalização e fiscalização.

Para aproveitar o que foi anteriormente dito, a AU contribui para a

segurança alimentar e nutrição, proteção da saúde, geração de renda, aumento da reciclagem de nutrientes, inclusão social, economia de combustível, redução de custos dos alimentos, manutenção dos espaços verdes nas cidades e pode ser vista como solução para o orçamento familiar das pessoas de menor renda por ser produção de baixo custo. Além do mais, promove a sustentabilidade ambiental, através da reutilização dos produtos, sem uso de agrotóxicos ou pesticidas e pela sua proximidade da população. Para a conclusão: Como afirmam MATA (2014) e TEIXEIRA (2016), autores anteriormente mencionados, a agricultura urbana serve para combater a pobreza em países subdesenvolvidos e para ocupar tempo e espaço livres em países desenvolvidos. De forma análoga, seria como dizer que em bairros nobres, a princípio, ela serve como ocupação de tempo, socialização e lazer.

Segundo Nugent (2000) as principais razões pelas quais os cidadãos se envolvem em algum tipo de AU é, primeiramente, a produção e o consumo doméstico, além de outros fatores como aumento de renda, crise econômica, inflação de preços dos alimentos, diversificação de atividade, fonte de emprego e mudanças de clima.

Como observou Mata, apud Cesar Marulanda (2009), AU é:

Uma das formas de fazer agricultura que permite utilizar espaços de todo o tipo, tanto em tamanho quanto em condições físicas para cultivar algumas plantas que são de utilidade para as pessoas que habitam os setores urbanos. Esses espaços podem não ser tradicionalmente apropriados para a agricultura porque estão localizados em varandas, paredes ou tetos. Porém podem ser também solos em condições razoáveis, possíveis de serem melhorados através de alguns materiais que permitem adequar sua condição física, química e biológica para que se possa estabelecer ali algum tipo de cultivo (MATA, 2014, p. 27).

Para este mesmo autor (ibidem, 2014), a AU pode ser trabalhada como um meio para desenvolver o sentido de comunidade em determinados locais e assim promover a participação cidadã. Estudos demonstram que há um aumento na autoestima coletiva quando a vizinhança consegue se envolver em projetos com resultados relevantes para o grupo. Projetos de

AU podem ser utilizados como elementos multiplicadores, pois a partir deles, podem ser promovidos encontros e aprendizados que geram os sentimentos de coletividade, confiança, autonomia da comunidade e independência mútua. A produção agrícola na cidade traz, assim, diversos benefícios públicos e privados: além de ocupar espaços ociosos, reduz custos com transporte, armazenamento e gera empregos diretos para a população de baixa renda.

Para melhor entender a AU é necessário desmembrá-la em duas categorias: agricultura intraurbana e agricultura periurbana<sup>5</sup>. Tal necessidade deve-se ao fato de que alguns conceitos e parâmetros podem ser facilmente confundidos. Mas, a rigor, trata-se do mesmo espaço urbano, são apenas escalas diferentes, conforme se pode observar no Quadro 3, a seguir.

---

<sup>5</sup> A "agricultura intraurbana" é definida pelo número de habitantes, densidade mínima e pelos limites oficiais da cidade (Gumbo e Ndiripo, 1996; Murray, 1997). Para a agricultura periurbana, sua definição quanto ao local é mais problemática. Os sítios periurbanos estão em contato mais próximo com as áreas rurais e tendem a sofrer, no decorrer do tempo, mudanças agrícolas mais profundas que os locais mais centrais e as partes construídas da cidade.

Quadro 3 - Diferenças entre agricultura intraurbana e Periurbana

Elementos da agricultura	Intraurbana	Periurbana
Localização	Em espaços de pequena escala, e inserida em locais urbanizados	Em espaços de maior escala, e inserida em locais que correm “perigo” de se tornarem urbanizados;
Execução	Em locais de maior densidade populacional	Em locais de menor densidade populacional
Tecnologia	Adaptada às pequenas dimensões das parcelas e à subsistência dos hortelãos	Adaptada às grandes dimensões das parcelas e à comercialização dos produtos
Custo da terra	Elevado	Mais baixo
Mercado	Maior proximidade física	Menor proximidade física
Recursos naturais	Menor disponibilidade de terra	Maior disponibilidade de terra
Qualidade do ar	Pior	Melhor qualidade
Trabalho	Parte do tempo	Tempo inteiro
Expansão	É possível, mas nunca poderá transformar em Agricultura Periurbana.	Em função da crescente urbanização, poder se transformar em Agricultura Intraurbana.

Fonte: adapta do “Guia de Implementação de Agricultura Intraurbana e Periurbana” (FAO, 2001:14)

Conforme o Quadro 3, a AU é desenvolvida ao redor das cidades num raio de 2 km a 4 km. Na medida em que se aproxima do espaço urbano ela pode se extinguir. Cabe lembrar que, de acordo a literatura, a AU, pode-se desmembrar em outros tipos de agriculturas, aqui não mencionados. A contribuição da AU para a sustentabilidade das cidades, para ser vista, requer percebê-la nas três dimensões: econômica, como possibilidade de geração de renda; social, como possibilidade de criação e o fortalecimento dos vínculos interpessoais, tanto no familiar como na comunidade; ecológica, como elemento de contribuição na redução de resíduos sólidos mediante o emprego da compostagem. Uma das categorias ou modalidade de agricultura urbana é a horta urbana comunitária, como será vista em continuidade.

### 3.2 HORTA URBANA (COMUNITÁRIA)

Horta comunitária urbana é tipo específico de AU e tem especial importância para este TCC. Como já mencionado, sua unidade de análise é uma horta comunitária, na Pituba, em Salvador, Bahia. Cabe salientar que a literatura sobre o assunto é exígua, pouco tem sido publicado sobre o tema. A definição da HU é relativamente nova e se confunde bastante com AU, talvez por ocuparem o mesmo espaço, o espaço urbano, só que possuem tamanhos diferentes e objetivos não-convergentes. Diante disso, buscou-se alguns autores que melhor exemplificam o fenômeno.

No âmbito das Hortas Urbanas a FAO (2007) distingue três tipos: urbanas privadas - encontradas em quintais ou mesmo varandas de habitações privadas; urbanas institucionais - onde a propriedade e gestão do terreno são feitas por Instituições, tais como escolas, prisões e hospitais; urbanas localizadas em terrenos que são propriedade pública, tais como terrenos baldios.

De acordo com o Ministério Público Federal -MPF (2013), a HU é um pequeno lote dentro da cidade e/ou em suas proximidades, o terreno pode ser público ou privado, assim classificada: horta sociais, de recreio, coletivas e pedagógicas. O Quadro 4, a seguir especifica as finalidades de cada uma.

Quadro 4 - Hortas Urbanas: classificação e finalidades

Tipos	Finalidades
Hortas sociais	Usada para atender às necessidades alimentares de pessoas e/ ou famílias de poucos recursos, podendo a eventual venda de produtos constituir um complemento na renda;
Hortas de recreio	Usadas principalmente como fonte alternativas de alimentos e para recreio dos usuários;
Hortas de recreio coletivas	Usadas por grupos de moradores para recreio e a educação ambiental
Hortas pedagógicas	Usada como instrumento de educação ambiental.

Fonte: adaptada do MPF (2013).

A Horta Urbana, a depender do tipo de uso, pode cumprir várias finalidades: Implantada em escolas, onde há reduzida escala de organização

e de relações entre o ser humano e a natureza, pode servir de modelo prático, funcionar como horta pedagógica, dinâmica e divertida. A HU permite também entender a educação ambiental como um processo interdisciplinar, na medida em que facilita a compreensão das inter-relações dos seres humanos entre si e com a natureza. Pode funcionar como modelo didático para potencializar a compreensão de conceitos como os de biodiversidade, ecossistemas, ecologia básica, integração com o meio ambiente e respeito pelo ambiente, ao mesmo tempo que fomenta valores sociais, como o trabalho em equipe, cooperação mútua e cultura rural e agrícola, além de poder transformar-se em centros de jardinagem terapêuticos para pessoas com deficiência, como o exemplo aqui citado desse tipo de horta, na Alemanha (MPF, 2013).

Cabe lembrar que existem outras classificações de hortas urbanas, como: hortas comunitárias, hortas doméstica, hortas institucionais e hortas comerciais. A princípio, todas dividem o mesmo espaço, o espaço urbano, o que muda é a escala de produção.

Segundo Teixeira (2016), hortas urbanas comunitárias são todos os grupos de talhões que juntos formam uma grande parcela de terreno onde várias pessoas se dedicam ao cultivo. Elas estão diretamente associadas à prática do trabalho comunitário, presente no conceito de agricultura urbana.

Quadro 5 - Tipos de hortas urbanas e objetivos das pessoas envolvidas.

Tipo de horta	Objetivos
Comunitárias	Agregam pessoas interessadas em compartilhar a responsabilidade de manter o uso coletivo de um terreno para o cultivo de plantas e, geralmente, para a realização de atividades diversas que beneficiem a comunidade local.
Educativas	Principal finalidade é permitir a realização de um projeto educativo pré-estabelecido, seja ele científico, profissionalizante, básico, recreativo, informal etc.
Domésticas ou familiares	Construídas nos terrenos das residências ou em terrenos vizinhos desocupados, costumam ajudar na complementação alimentar e na economia doméstica, por vezes gerando trabalho e renda; muitas vezes se integram com os jardins e quintais, colaborando no embelezamento e riqueza do ambiente urbano.
Institucionais	Como as hortas medicinais em centros de saúde e as hortas que abastecem refeitórios de pequenas empresas, muitas vezes envolvendo a educação e a ação comunitária.
Comerciais	Com objetivo principal de gerar trabalho e renda com a comercialização da produção, são cultivadas por micro e pequenos agricultores que mantêm o uso agrícola do solo em regiões de expansão urbana.

Fonte: Adaptado Jaccoud (2016).

Vale destacar que a HU é um dos elementos do conceito de unidade de vizinhança<sup>6</sup>, na medida em que complementa uma série de outras atividades urbanas. Como já mencionado, a horta remete a necessidade de vínculos entre pessoas, cada vez mais difíceis de serem estabelecidos, especialmente por causa da intensificação urbana. A prática de HU, como tendência, tem potencial de crescimento em diversas metrópoles internacionais e nacionais, seja como opção de produção de alimentos seja apenas como forma de ocupação de tempo ocioso ou puro lazer.

<sup>6</sup> “Unidade de vizinhança” é um conceito formulado por Clarence Perry, que pensou em áreas residenciais autônomas que abrigassem todas as necessidades diárias dos seus moradores. Mais que isso, todos os deslocamentos necessários nesses espaços, que seriam equivalentes a bairros, seriam realizados em cinco minutos de caminhada. Esse, segundo pesquisas, é o tempo médio que um pedestre está disposto a caminhar antes de optar pelo carro.

### 3.2.1 HORTA URBANA NO BRASIL: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS

Um panorama das experiências de agricultura urbana/ horta comunitária nas principais regiões metropolitanas no Brasil, é apresentado no Quadro 6, a seguir.

Quadro 6 - Panorama das iniciativas nas regiões metropolitanas do Brasil.

<b>Região Metropolitana</b>	<b>Iniciativas</b>	<b>Parcerias</b>
Porto alegre	39	Ceasa, Prefeitura, Governo do Estado, Governo Federal, INCRA
Curitiba	21	Prefeitura, Associações de Agricultores e Familiares, Eletrosul.
São Paulo	60	Prefeitura, FINEP, SEBRAE, BNDES, Universidades.
Rio de Janeiro	19	Universidades, Prefeitura, EMBRAPA, Governo Federal, Igreja Católica
Belo Horizonte	42	Prefeitura, Associações, Petrobrás, Colégio Salesiano, Universidade, IPES/ RAUF, Ministérios das Cidades, CEASA.
Belém	33	Prefeitura, Ministério da Integração Nacional, EMBRAPA, INCRA, Associações, Universidades, Batalhão de Polícia Ambiental, Petrobras
Fortaleza	17	Prefeitura, Comunidade, Escolas, Conselho Indígena Potiguar, SEBRAE,
Recife	48	Fundação Banco do Brasil, Prefeitura, Associação, Universidade, EMBRAPA, BNB, Governo do Estado.
Salvador	12	MDS, Universidade, Banco do Brasil, Prefeitura, CHESF (Companhia Hidroelétrica do S. Francisco), SECOMP (Secretaria de Combate à Pobreza do Estado da Bahia), Petrobras.

Fonte: IPES (2008), adaptado pela autora.

Como se pode observar, esse tipo de experiência tem sido eficaz nas cidades onde são realizadas. Cabe notar que em todos os estados há uma matriz institucional que dá suporte a esse tipo de atividade e, geralmente, é composta de instituições como prefeituras e universidades, com papel importante para o seu desenvolvimento. A região metropolitana de São Paulo é a que possui mais iniciativas dessa natureza; logo após, vem a região metropolitana do Recife, com 48 iniciativas; Salvador ocupa a nona posição nesta lista, perde apenas para Goiânia. Vale destacar que estas hortas ou agriculturas urbanas estão em terrenos da linha de alta tensão, em terreno das prefeituras, em quintais e lajes/ coberturas.

Em âmbito nacional algumas iniciativas merecem destaque como o projeto Hortas Cariocas, implementado em diversas comunidades espalhadas no Rio de Janeiro. Feita em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e sua produção é dividida entre as escolas, creches e famílias em risco social. A horta comunitária do Cosme Velho é uma delas, que revitalizou um terreno baldio, atrás de uma praça em uma área de plantio e convívio conforme a Figura 1.

Figura 1 - Horta Comunitária do Cosme Velho



Fonte: VELHO (2015).

Na Cidade de São Paulo existe um grupo chamado Hortelões Urbanos composto por nove hortas com o destaque na Horta dos Ciclistas de acordo com a Figura 2.

Figura 2 - Horta do Ciclista



Fonte: BLOG SUSTENTARQUI (2017)

Outra horta urbana está situada na cobertura do Shopping Eldorado com aproximadamente 1000m<sup>2</sup> de área cultivada. Seu objetivo é reduzir a quantidade de lixo através do sistema de compostagem e sua produção é distribuída entres funcionários. Ver Figura 3.

Figura 3 - Cobertura do Shopping Eldorado



Fonte: BLOG SUSTENTARQUI (2017)

Em Belo Horizonte na comunidade Sete Lagoas é uma das as referências de horta urbana para produtores de baixa renda disposta na Figura 4.

Figura 4 - Horta Comunitária de Sete Lagoas



Fonte: Mega Cidade. Com (2016)

Outra iniciativa está em Recife, na comunidade Mustardinha, localizada na área externa da Secretaria de Saneamento. Tem como agentes a Escola Municipal e os idosos que participam do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Ilustrada pela Figura 5.

Figura 5 - Horta Comunitária de Mustardinha



Fonte: Correio do Grande Recife (2016)

Em Santa Catarina, o Projeto Germinar, apoiado pela Prefeitura, tem como objetivo a criação de hortas comunitárias como estratégia de reutilizar espaços ociosos e melhorar a qualidade de vida da população. Ver

a Figura 6.

Figura 6 - Projeto Germinar

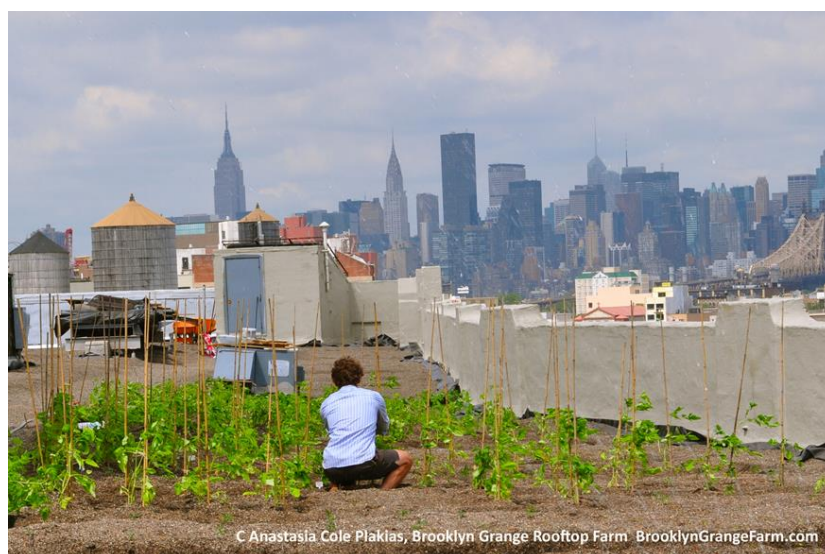


Fonte: BLOG SUSTENTARQUI (2014.1)

### 3.2.2 HORTA URBANA: EXPERIÊNCIA AO REDOR DO MUNDO

Algumas hortas urbanas espalhadas pelo mundo são inspiradoras. A fazenda urbana no Brooklin em Nova Iorque, é uma delas. É a maior de todas as hortas plantadas em telhados e ocupa uma área de 43.000 metros quadrados como pode ser visto na Figura 7 a seguir.

Figura 7 - Brooklyn Grange



Fonte: BLOG SUSTENTARQUI (2014)

A horta comunitária na China é outro exemplo. Foi construída dentro

de uma antiga fábrica de vidro que aproxima os moradores com o meio ambiente, tem motivado a experiência do cultivo, além de produzir microclima na área industrial, conforme a Figura 8.

Figura 8- Hong Kong Vale Farn - China



Fonte: BLOG SUSTENTARQUI (2014)

Na Inglaterra, na pequena cidade de *Todmordem*, cultivam-se hortas em espaços públicos. São quase 40, as hortas espalhadas pela cidade, A Figura 9 ilustra uma delas.

Figura 9 - The Incredible Edible Todmordem - Inglaterra



Fonte: BLOG SUSTENTARQUI (2014)

Em Berlim, na pista de aterrissagem de um antigo aeroporto, foi implantada uma horta comunitária. Fato curioso é que a prefeitura não permitia implantação de hortas diretamente no solo; com criatividade, as pessoas fizeram uso de sapatos, mochilas, sofás e outros materiais como espaço de plantação, conforme Figura 10.

Figura 10 - Antigo Aeroporto de Tempelhof



Fonte: BLOG SUSTENTARQUI (2014)

No Japão, em Tóquio, foram construídos cinco pomares na cobertura das estações de trem, como mostra a Figura 11. (SUSTENTEARQUI, 2014).

Figura 11 - Sodarofarm - Tóquio



Fonte: BLOG SUSTENTARQUI (2014)

As hortas urbanas geralmente são instaladas em lotes vagos, com objetivo de produzir legumes, verduras, flores e plantações medicinais. Na maioria dos casos, adotam procedimentos de cultivo orgânico, isto é, sem uso de inseticidas e fungicidas tradicionais. A permacultura, a partir da qual é feita a compostagem, garante maior qualidade dos produtos.

Para o município a contribuição dessas hortas é relevante. Em geral, as prefeituras consideram ser mais vantajoso investir em hortas do que realizar gastos com terrenos ociosos e sem função social.

## 4. RELATO DA EXPERIÊNCIA

### 4.1 ESPAÇO EMPIRICO DE OBSERVAÇÃO

Ao que se sabe da história do município de Salvador, suas primeiras atividades agrícolas urbanas surgiram na metade do século XIX, em diversos pontos dentro da cidade, como por exemplo a criação de gado leiteiro para a venda de porta em porta, criação de galinhas, produção de frutas e hortaliças (SAMPAIO, 2005). Segundo Fernandes e Regina (2005), no bairro do Cabula, situado no miolo de Salvador, é onde existiam grandes fazendas de produção de laranjas. Nos anos 1950, por motivo de pragas nas plantações, elas foram se extinguindo e deram espaço para a urbanização da cidade. Posteriormente, em lugar da agricultura surgiram as hortas urbanas que, numericamente, nunca foram expressivas. O Quadro 7, a seguir, mostra as hortas urbanas atualmente cultivadas em Salvador. Cabe considerar que a maioria dessas hortas utiliza terrenos de propriedade da CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco), situados embaixo de linhas de alta tensão.

Quadro 7 - Produção de horta em Salvador.

Local	Nome	Área m <sup>2</sup>	Produtos	Destinação	Terreno
Alto de Coutos	APROMOL	13.600	Hortaliças	comércio	CONDER
Penambues	Projeto Saramandaia		Hortaliças	comércio	CHESF
Pituba	Horta Urbana de Salvador	3.000	hortaliças, flores, verduras, legumes	doação	Prefeitura
São Marcos	Horta São Marcos	4.800	Hortaliças	comércio/ consumo	CHESF
São Marcos - Vila São Francisco	HORTIVASF	12.500	hortaliças, flores, húmus, verduras, legumes	comércio/ consumo	CHESF
Vila verde			hortaliças, verduras e legumes	comércio/ consumo	CHESF
Narandiba	Horta Comunitária Narandiba	4.400	hortaliças, flores, verduras e legumes	comércio	CHESF

Elaboração da autora (2017).

Em Salvador, o projeto está localizado no bairro da Pituba que, até o final do século XIX, era uma Fazenda de produção de cocos, com pouca inserção no contexto urbano da cidade de Salvador. Em 1918, o engenheiro Teodoro Sampaio e o então proprietário Manoel Dias da Silva, começaram a projetar o mais novo bairro da cidade, ainda com características rurais. A partir da década de 60 é que a Pituba realmente se insere no contexto urbano. Atualmente, é um dos bairros mais nobres do município. Com suas principais avenidas Manuel Dias da Silva, Paulo VI, Antônio Carlos Magalhaes (ACM), ocupa uma área de 4.427.347,74 m<sup>2</sup>, tem índice de cobertura vegetal de 11,04 m/ hab. Sua população é de 65.160 habitantes e a densidade demográfica é de 215 hab./ha. Além das áreas de residência, o bairro possui grande variedade de estabelecimentos dos setores de comércio e serviços. Também se destaca nos quesitos nível de renda, escolaridade e expectativa de vida. A Tabela 1 a seguir, evidencia essa afirmação.

Tabela 1 - Renda, escolaridade e idade. Salvador e Pituba - 2000 e 2010

Bairro	Renda de 10 a 20 salários mínimo		Não alfabetizado		População acima de 65 anos	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
<b>Salvador</b>	7,4%	3,5%	6,28%	3,97%	4,56%	6,14%
Pituba	30,9%	23,6%	1%	0,66%	7,56%	11,4%

Fonte: CONDER (2016) - elaboração própria

Embora defasados, já que foram extraídos do último censo de 2010, o percentual de pessoas residentes na Pituba, com 65 anos ou mais de idade, já era expressivo e atualmente deve ter aumentado. Para o futuro, por conta da transição demográfica a população de idosos deve ser relativamente numerosa.

## 4.2 O RELATO

O Primeiro dia de visita ao local, por volta das 10:00 horas da manhã, foi surpreendente. Não havia presença de pessoas, deu para tirar fotos do terreno, ver o que havia sido plantado. Tratava-se de uma horta que parecia abandonada, menos por seu aspecto físico e mais pelo fato de não ter ninguém por perto. De repente, aparece um senhor que se apresenta e diz se chamar Pedro. Foi quem mostrou todas as lareiras e contou como tudo começou, inclusive sua participação como uns dos primeiros colaboradores. Era de causar espanto ver um espaço aberto escondido apenas por uma placa de anúncio (*outdoor*) sem nenhuma cerca, grade ou até mesmo muro, com hortaliças brotando. Por certo, como experiência, não era única na cidade.

Como anteriormente salientado, há diferenças marcantes entre a Horta da Pituba e as demais, Primeiro, trata-se de uma iniciativa localizada em bairro considerado nobre, ao passo que as outras hortas aqui citadas localizam-se em bairros populares, de residentes de mais baixa renda; segundo, a produção não é posta à venda: a maioria da colheita é destinada a abrigos de idosos e uma pequena parte é consumida pelos participantes do projeto; terceiro, o perfil sócio-econômico-cultural dos participantes, também é outro; quarto, o terreno de 3.000 m<sup>2</sup> é da Prefeitura e situa-se entre dois grandes prédios de apartamentos; quinto, a mão-de-obra é não-assalariada.

Parte do relato da experiência de concepção e desenvolvimento do Projeto Horta Comunitária da Pituba foi baseada na fala do senhor Wilson Brandão Lima, de 57 anos, comerciante que, da janela de seu apartamento, notou a existência de um terreno baldio que servia apenas para descarte de lixo e entulho, local propício para o acúmulo de insetos ou mesmo para esconderijo de meliantes. Após discutir com familiares e alguns vizinhos sobre a possibilidade de implantar uma horta comunitária naquele local,

tomou a iniciativa de solicitar apoio da Prefeitura Municipal de Salvador para limpar o terreno e colocá-lo em condições para o cultivo de hortaliças.

Conforme relato do Sr. Wilson, no ano 2015 ele iniciou a busca de parceiras com a prefeitura e pediu a colaboração de moradores no entorno. Seu objetivo era transformar aquele terreno abandonado (ainda ocupado por mato, entulho e insetos) em uma área bonita, produtiva, capaz de servir para ajudar o próximo, mais especificamente alguma casa de idosos. Assim que lhe veio à mente essa possibilidade, dirigiu-se à Secretaria de Cidade Sustentável- SECIS em busca de parceria, e explicou: “A ideia é fazer algo no âmbito social e ambiental, pegar áreas degradadas da prefeitura e transforma-las em produtivas”. Chegou a sugerir à SECIS que a Prefeitura cedesse terrenos baldios na Avenida Paulo VI, na Pituba, para implantação de hortas comunitárias.

Algum tempo depois, no ano seguinte, a SECIS aprovou sua ideia. A partir daí foi deflagrado o processo de mobilização de colaboradores e parceiros. Foram confeccionados panfletos e camisetas para divulgação da ideia/ projeto, além da utilização de outros meios de divulgação como o *Facebook* e grupos de *WhatsApp*.

Figura 12- Panfleto



Fonte: Lima, 2017

Uma das primeiras iniciativas foi a limpeza do local, feita por moradores e também com ajuda da 'SECIS', em parceria com a Limpurb (Empresa de Limpeza Urbana do Salvador). Do local foram retiradas 50 toneladas de entulhos, aproximadamente. Havia de tudo, bolsas, carteiras, sofás, vasos sanitários, antena parabólica e outros materiais.

Figura 13 - Limpeza e preparação do terreno



Fonte: Lima (2017)

Em seguida preparou-se o terreno para receber terra vegetal, para o planto de 500 mudas de couve, alface, manjericão, cebolinha, tomate e outras hortaliças, todas doadas pela SECIS. Materiais de infraestrutura do projeto, como brita e meios-fios para a contenção de lareiras, foram doados pela Secretaria de Manutenção – SEMAN. A Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) instalou um ponto de abastecimento para irrigação das lareiras. A colaboração da Limpurb e da Embasa resultam da parceria que possuem com a SECIS, que os convocam, sempre que necessário, para esse tipo de colaboração com a horta. Por exemplo: todas as vezes que há necessidade de capinação ou roçagem do local, o coordenador da horta (Sr. Wilson) entra em contato com a SECIS que, por sua vez, demanda da Limpurb esse tipo de ajuda.

Figura 14 - Preparação do terreno, meio fio e irrigação



Fonte: Lima, 2017

Como já mencionado, o espaço para plantação é de aproximadamente 3.000 m<sup>2</sup>. Atualmente estão sendo utilizados apenas dois mil metros quadrados, que abriga 24 leiras, um mirante, e um espaço para a compostagem.

Conforme dados colhidos junto ao coordenador do projeto, em média, são produzidos 1.400 kg/ano de hortaliças, verduras, legumes, frutas e até plantas medicinais, como de Erva-Cidreira, Erva-Doce, Boldo, Capim-santo e Novalgina.

Após efetuada, a maior parte da colheita é distribuída para três abrigos de idosos; o restante é distribuído, a cada domingo, com os participantes/voluntários do projeto.

Indagado sobre a evolução da horta, o SR. Wilson Lima disse ficar muito feliz por saber/constatar que sua ideia de “transformar um terreno que era foco de mosquitos em um local produtivo que pudesse ajudar os idosos”. Quanto a limites/ dificuldades e possibilidades para a continuidade do projeto, afirma: “não vejo nada que possa impedir o crescimento da horta, pois tudo que produzimos é com amor [...] as pessoas precisam sair da zona de conforto e dedicar pelo menos duas horas de seu dia para olhar pelo o outro”.

Uma das queixas do Sr. Wilson refere-se à quantidade de voluntários. Isso fica claro quando fala: “precisamos de mais voluntários para explorar o restante do terreno, pois a maioria dos voluntários aqui presente são mais idosos”. Esta é uma característica peculiar da horta: a preponderância de voluntários da terceira idade.

Indagado sobre suas impressões gerais a respeito da iniciativa, ele relata com certo ar de orgulho e satisfação: “estou me sentindo realizado em ver a transformação de um terreno baldio que era foco de mosquitos em um local produtivo. É gratificante ver a participação de pessoas de todas as idades numa atividade que vai além do plantio. Hoje o projeto deixou de ser apenas a horta e virou um projeto social. Nós recebemos escolas que trazem as crianças para fazerem passeios, as pessoas param o carro e vêm conhecer a horta, até clínicas psiquiátricas trazem seus pacientes. É terapêutico”. Seu entusiasmo não para nesse ponto, ele planeja o futuro da horta, enxerga sua missão de forma mais ampla ao afirmar: “Para o aniversário da horta estamos organizando um chá beneficente, com o intuito de arrecadar fundos para a criação de uma área do social do projeto, para receber os visitantes e realizar palestras, pois já somos referência para outras iniciativas como a Horta do Horto Florestal”.

Não resta dúvida que a manutenção, sobrevivência e crescimento do projeto Horta Comunitária da Pituba dependem substancialmente do esforço de seu coordenador e das pessoas que nela plantam/colhem. Contudo, peça importante dessa engrenagem é a SECIS. Nada seria mais justo que colher as impressões dos dirigentes dessa Secretaria de Cidade Sustentável e Inovação, sobre o projeto. Porém, por motivo de agenda de trabalho, a entrevista com o Secretário Municipal, Sr. André Fragas, deixou de ser feita. Restou a informação, obtida através de publicação da Secretária de Comunicação (SECOM), que está prevista a criação de dez ou mais hortas urbanas em outros pontos da cidade, até o fim do próximo ano.

Conforme publicado no Jornal Tribuna da Bahia, de 17 de outubro de

2017, na opinião do secretário da Cidade Sustentável e Inovação, André Fraga,

“Desde 2013, o cidadão soteropolitano tem se engajado cada vez mais em ações que tornem Salvador mais verde e sustentável. Fraga conta que os moradores têm sido parceiros da prefeitura, participando com boas ideias e, muitas vezes, colocando a mão na terra. “O nosso dever, enquanto poder público, é apoiar essas iniciativas e torná-las realidade. A horta urbana é uma das ações que apoiamos e que tem dado muito certo, mas que depende muito do envolvimento do cidadão para que se desenvolva. A prefeitura dá o suporte, mas quem planta, rega e colhe são as próprias pessoas que solicitaram. Isso é essencial para o projeto dar certo”, pontuou. Existem apenas duas hortas de rua na cidade. O número baixo se justifica pelo fato de que o interesse deve partir dos moradores, que depois podem solicitar suporte à prefeitura para concretizar o projeto. Contudo, iniciativas semelhantes começam a surgir em creches e escolas públicas, estimulando desde cedo o contato da criança com o plantio de alimentos e a preservação do planeta.”

Outro lado importante é o dos participantes voluntários do projeto. Eles é que dão materialidade à iniciativa. Alguns foram incorporados recentemente ao projeto, outros já estão engajados desde o início. Reforçando o que já foi mencionado, cabe considerar: o trabalho não envolve qualquer tipo de remuneração como contrapartida; existem pessoas de várias faixas etárias como jovens, idosos, adultos e pessoas de meia-idade. Estas e outras características dos colaboradores foram levantadas mediante aplicação de questionário cujos resultados são adiante apresentados.

#### 4.3 RESULTADOS DA PESQUISA

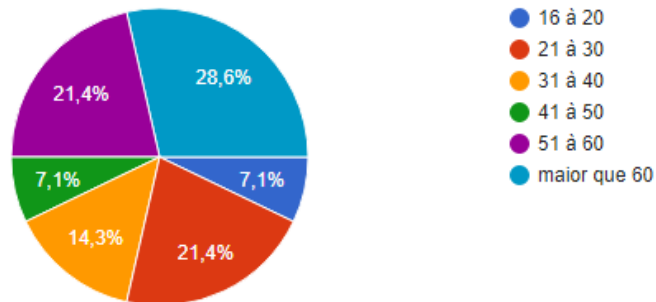
A tentativa de aplicar um questionário digital não surtiu o efeito desejado porquanto a maioria dos participantes era constituída por idosos, que possuem natural dificuldade em lidar com meios eletrônicos. Foram aplicados oito questionários (modelo anexo) de forma presencial em dia feriado do mês de novembro de 2017. Os gráficos, a seguir, sintetizam alguns resultados das entrevistas realizadas, dentre as quais: 14 com os voluntários; 3 com os abrigos; uma com o idealizador.

A maioria dos voluntários tem idades acima dos 60 anos. O voluntário mais velho tem 78 anos, o mais novo apenas 7 anos.

Gráfico 1 - Faixa etária.

### Faixa etária

14 respostas



Elaboração da autora (2017).

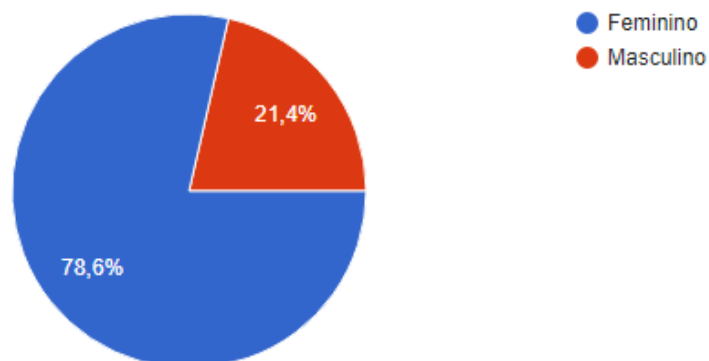
Juntando-se a faixa dos participantes com idades entre 51 e 60 anos à dos mais velhos, chega-se a 50%. Composição equilibrada, na perspectiva de idade. A Tabela 1, anteriormente apresentada, evidenciava o crescimento da população idosa do bairro da Pituba.

Quanto a sexo e grau de escolaridade: a maioria dos voluntários é do sexo feminino; a maioria possui grau de instrução superior completo.

Gráfico 2 - Gênero.

### Sexo

14 respostas



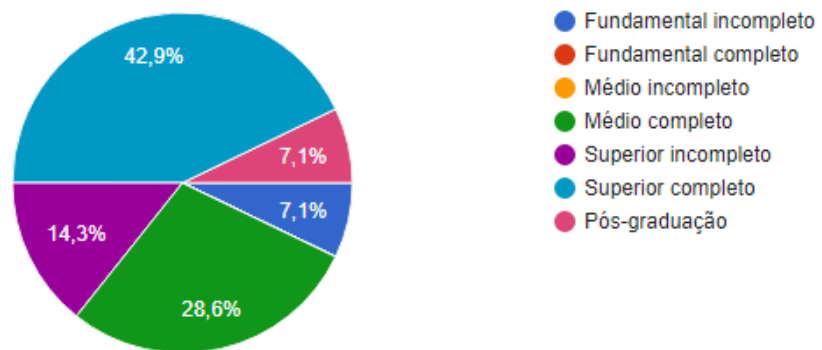
Elaboração da autora (2017).

O Gráfico 2 mostra a predominância do sexo feminino no projeto. Isso poderia ser um empecilho para atividades mais robusta. Apesar das idades mulheres encaram com muita determinação e garra essa atividade.

Gráfico 3 - Grau de escolaridade

### Escolaridade

14 respostas



Elaboração da autora (2017).

O Gráfico 3, evidencia que 42,9% do total dos entrevistados a têm ensino superior completo. Que comprova que o grau de escolaridade no bairro da Pituba superar o índice do município conforme a Tabela 1.

Algumas opiniões acerca da importância ou grau de satisfação em participar do projeto foram colhidas junto a esses voluntários. São respostas que ressaltam que benefícios mais importantes estão sendo proporcionados pelo projeto em suas vidas pessoais. Foram entrevistados quatorze voluntários. Não houve critério de escolha. Entrevistou-se os que, no momento, estavam presentes. Os resultados estão sumarizados no quadro a seguir.

Quadro 8 - Relato de participantes do projeto Horta Comunitária da Pituba, impressões pessoais quanto a satisfação/ benefícios em participar como voluntário.

<b>Entrevistado</b>	<b>Impressões quanto a Benefícios/satisfações proporcionados pelo projeto</b>
01	“Uma experiência que foi adquirida para o meu dia a dia em poder está fazendo algo muito importante para o meio ambiente.”
02	“É uma experiência única e que ajuda a construir novos hábitos diários.”
03	“Estou fazendo algo para ajudar e ter um pouco de lazer”
04	“Bem, é um trabalho que mim da alegria”.
05	“Para mim foi um crescimento espiritual, um relacionamento bonito, saber dá mais valor a pequenas coisas, uma terapia.”
06	“Estou pondo em pratica o que eu sempre tive vontade de fazer que é plantar, fazer, colher”.
07	“Excelente, boa, gratificante conheci pessoas maravilhosas”.
08	“Primeiro, por uma causa social, segundo pela possibilidade em ter o contato com a natureza, coisa que a gente não tem no dia-dia, a vida da gente está muito corrida, então aqui é o momento de colocar o pé no freio e avaliar prioridades.”[...] “Também o contato de minha filha com espaço (filha de 7 anos que nunca tinha visto uma minhoca),” e faz uma comparação olhando para o edifício “uma pessoa que viveu lá em cima no 12º anda não vai ter nunca.”
09	“Gratificada em ver o que está sendo produzido, e doado para as pessoas que necessitar.”
10	“Muito boa, em poder fazer parte dessa ação, fazer atividades, conhecer novos vizinhos”
11	“Relaxar, fazer novas amizades e contribuir para uma cidadania melhor”
12	“Para mim está sendo maravilhoso está aqui, ocupo minha mente, conheço meus vizinhos, e faço novo laço de amizades.”
13	“Uma experiência nova, ainda estou encanta, e agora só consumo produtos da horta, pois eu sei o trabalha que tive para fazer”
14	“Como sou novo aqui, está sendo gratificante realizar as tarefas”

Fonte: Elaboração da autora.

Para completar a triagem, tornou-se necessário saber, do ponto de vista material, a opinião dos principais beneficiários dos produtos colhidos, ou sejam, os três abrigos: Instituição de Caridade Lar Irmã Maria Luiza, Casa de Repouso Santa Clara e o Lar Irmã Lourdes.

O primeira a receber as doações foi a Instituição de Caridade Lar Irmã Maria Luiza, que está localizada na cidade baixa, nos Mares, distante 11 km da horta. Esta instituição abriga, atualmente, 14 idosos. Segundo a sobrinha da Irmã Luiza, essa iniciativa reduziu alguns gastos com alimentação. Algumas vezes, juntos com as hortaliças são doadas fraldas geriátricas. Ela ressalta a importância do gesto e considera que deveria haver mais

iniciativas como essa em outros pontos da cidade.

Figura 15 - Primeira entrega das hortaliças a Instituição de Caridade Lar Irmã Maria Luiza



Fonte: Lima (2017)

A segunda foi a Casa de Repouso Santa Clara, situada Rua Campinas de Brotas, no bairro de Brotas. Esta instituição já era frequentada pelo Wilson e sua esposa Cláudia antes do projeto. Sua distância é de 2,4km da horta para o abrigo para a horta. Hoje a abrigo tem 28 idosos. Este mesmo abrigo foi matéria do Programa Estrela que vai ao ar todos os Sábados que tem como objetivo trazer artista para realizar atividade solidárias. No dia 1 de julho deste ano. O ator e comediante Luís Miranda foi convidado para participar do quadro Estrela Solidária em Salvador, no Projeto Horta Urbana de Salvador, o mesmo ficou encantado com projeto, e no final do programa visitou o abrigo.

Figura 16 - Primeira entrega a Casa de Repouso Santa Clara



Fonte: Lima (2017)

O último a ser entrevistado é a Instituição Lar Irmã Lourdes que fica a 11km de distância da horta. Ele abriga 37 idosos e, dentre os demais, é o mais carente. Começou a receber as doações no mês de agosto.

Figura 17 - Primeira entrega a Instituição Lar Irmã Lourdes



Fonte: Lima (2017)

Vale destacar outras iniciativas que surgiram partir do projeto 'Horta Urbana da Pituba' (HUP). Uma delas é a horta localizada na Avenida Waldemar Falcão, Brotas mais especificamente no Horto Florestal, que foi inaugurada no dia 23 de setembro deste mesmo ano. A idealizadora desse projeto é a arquiteta e urbanista Fernanda Almeida que passou dois meses pesquisando e visitando o Projeto Hortas Urbanas da Pituba para entender o seu funcionamento. Este projeto conta com 80 voluntários de todas as idades e ocupa uma área de aproximadamente de 617m<sup>2</sup>. Funciona, também, em parceria com a SECIS, que doou 500 mudas e cinco leiras. Os produtos serão destinados a creches.

Figura 18 - Horta do Horto Florestal



Fonte: Divulgação da Aratu online

Uma horta dentro de um condomínio é outra iniciativa também inspirada na horta da Pituba. Localizada no Imbuí, teve início deste mesmo ano, seu idealizador foi o biólogo Thiago Porto que apresentou a ideia aos moradores que a aprovaram e resolveram aproveitar um galpão desativado para o plantio. Por se tratar de uma obra dentro de um condomínio, rege-se por dispositivo legal específico: pelos artigos 1.341 e 1342 do Código Civil. Os próprios condôminos se revezam nas escalas de trabalho e os produtos colhidos ficam na portaria para distribuição entre eles.

Figura 19 - Horta no Condomínio Morada Alto do Imbuí



Fonte: Divulgação do jornal Atarde

Outras iniciativas de cultivos de hortaliça estão em fase de projeto e implantação. Vale lembrar que as hortas em parceria com a prefeitura têm como destino final abrigos e creches, onde são doados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto HUP é surpreendente. Está instalado em um bairro de classe média alta de Salvador, onde o metro quadrado de terra é um dos mais caros da cidade. Como anteriormente mencionado, a disputa por ocupação e uso do solo urbano implica disputas entre produtores de espaço urbano que se dá entre os proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários e grupos sociais excluídos, representados por movimentos de sem-teto, por exemplo. Grande parte de seus integrantes possui nível de escolaridade superior e idade superior a 50 anos, com percentual considerável de idosos. Tais características distinguem o HUP de outras hortas urbanas na cidade. Sua produção não se destina ao mercado, é doações a abrigos de idosos e utilizada para autoconsumo. O trabalho é voluntário e, conforme depoimentos dos próprios participantes, os objetivos são de outra natureza: aumento dos laços de confiança e amizade entre vizinhos, satisfação em lidar com a terra, sentir-se útil, obter alegria e satisfação e, dentre outros, servir como terapia ocupacional.

Uma das dificuldades da pesquisadora foi enquadrar esse tipo de atividade produtiva em algum tipo de economia de cunho mais social. Pensou-se inicialmente que era um empreendimento típico da economia solidária; contudo, sua aproximação a esse tipo de economia foi apenas parcial.

Como foi sublinhado no corpo deste trabalho, o projeto HUP não pode ser assimilado *stricto sensu* pelo conceito de firma. Ele não gera renda, isto é, salário, juro, aluguel e lucro; daí a necessidade de ver outras possibilidades ou modelos de economia, como a social ou a economia popular. Feito isso, constatou-se, a dificuldade de enquadramento porquanto, tanto na economia solidária como na economia popular, o trabalho pode ser remunerado e o produto pode ser vendido. Restava, então enxergá-lo pela ótica da economia informal. Mas, pela abrangência deste conceito, foi também impossível.

Como esforço de aproximação conceitual, construiu-se O quadro 2. Com ele, tentou-se perceber que elementos da teoria dos dois circuitos poderiam estar presentes em cada uma das economias anteriormente mencionadas como as economias solidária, popular e informal. De fato, notou-se a existência de forte conexão entre elas quanto à presença de elementos do circuito inferior da economia urbana. Desse cotejo infere-se que a teoria dos dois circuitos pode iluminar/enriquecer os conceitos de economia solidária e de economia social porquanto lhes aporta maior tangibilidade.

Quanto ao projeto HUP, identificou-se apenas um desses elementos do circuito inferior: 'tipo de organização', ou seja, de caráter não burocrático, organização que compreende atividades realizadas de modo individual ou coletivo.

As estratégias de ampliação/geração de renda, ou de sobrevivência, inerentes à economia informal, solidária e popular, também não se verificam no projeto HUP. Neste, uma das finalidades é a ocupação do tempo, a terapia ocupacional, o lazer, o altruísmo.

Embora não tenha sido objetivo inicial do projeto HUP, ele tem funcionado como forma de embelezamento, redução de calor e poluentes e até como proteção contra invasores etc.

Relatos de colaboradores e parceiros apontaram a dimensão social do projeto, ao afirmarem que ele serve para fortalecer os vínculos interpessoais entre seus membros (coordenadores, participantes, parceiros e colaboradores), que propicia educação ambiental, propicia ocupação e lazer para idosos, especialmente. Conforme foi apurado nas entrevistas, no projeto há total transparência: todos sabem o destino dos produtos, a origem e aplicação de recursos (doações) financeiros e não-financeiros.

Cabe mencionar que o projeto HUP inspirou outras iniciativas de mesmo tipo: uma horta localizada em bairro nobre - Horto Florestal, e outra construída dentro de um condomínio no bairro do Imbuí. A tendência de

implantação de hortas urbanas é salutar e até mesmo necessária. Vive-se um processo de transição demográfica onde a população de idosa caminha para ser relativamente numerosa; assim, em anos vindouros, o papel das hortas urbanas comunitárias que produzem e doam para abrigos, papel que já é relevante, tornar-se-á ainda mais.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Oliveira, J. **Horta Comunitária - Inclusão Social e Produtiva, Paraná. Maringá**, 2012. Mimeo.

ASSIS, R.L.de. **Globalização, Desenvolvimento Sustentável e Ação Local: o caso da agricultura orgânica**. Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília, v.20, n. 1, p 79-96, 2003.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BUZZATTI, Alan Patrick. **A economia popular solidária frente às transformações contemporâneas no mundo do trabalho**. 2007. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestre em Integração Latino Americana, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007. Disponível em: <[http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde\\_arquivos/27/TDE-2007-09-26T115452Z-853/Publico/Alan Patrick Buzzatti.pdf](http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_arquivos/27/TDE-2007-09-26T115452Z-853/Publico/Alan Patrick Buzzatti.pdf)>. Acesso em: 11 out. 2017.

CACCIAMALI, M. **A economia informal 20 anos depois**. Indicadores Econômicos, Porto Alegre, FEE, 1992.

CACCIAMALI, M. **Globalização e processo de informalidade**. Economia e sociedade, Campinas, 2000.

CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n. 3, p.28-37, set./dez.2003.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1982. Código de Ética do Administrador. Disponível em <http://www.cse.ufsc.br/~caad/adm-etica.htm>. Acessado em 29 de junho de 2002.

CONDER Painel de informações: **dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro /Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia** (INFORMS - Organizador). 5ª ed. Salvador: CONDER/ INFORMS, 2016.

DAGNINO, R. **Em direção a uma Estratégia para a redução da pobreza: a Economia Solidária e a Adequação Sócio técnica**. Campus Oei Org, 2000. Disponível em <http://www.campus-oei.org/salactsi/rdagnino5.htm>. Acesso em 25 set. 2017

De JESUS, P., TIRIBA, L. (2003), Cooperação. In: **A Outra Economia**. CATTANI, A.D. (org.), Veraz Editores.

EID, Farid. **Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: Construção da Cidadania ou produção histórica do assistencialismo?** In. Educação e Sócio Economia Solidária – Paradigmas de Conhecimentos e de Sociedades. São Paulo: UNEMAT Editora, 2004, v1, p. 156-172.

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação: **Agricultura Urbana e Periurbana**. – Brasil – 2010. Disponível em:

<<http://www.rlc.fao.org/pr/prioridades/aup/>>. Acesso em: 28 set. 2017

\_\_\_\_\_. **Food Security: concepts and measurements**. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/005/y4671e/y4671e06.htm>>. Acesso em: jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Urban Agriculture For Sustainable Poverty Alleviation and Food Security.**2008

\_\_\_\_\_. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, IPES - Promoção do Desenvolvimento Sustentável: **Agricultura Urbana e Periurbana na América Latina e no Caribe: Uma Realidade.** Disponível em: <[http://www.agriculturaurbana.org.br/sitio/textos/FUM%20IPES\\_FAO.pdf](http://www.agriculturaurbana.org.br/sitio/textos/FUM%20IPES_FAO.pdf)>. Acesso em: jun. 2017.

FAO (Food Agriculture Organization), **Agricultura urbana (AU) e periurbana (AP).** In site: <http://www.fao.org> (em espanhol - apresenta questões relativas ao tema e links associados de outros projetos da Agricultura Urbana e Periurbana).

FERNANDES, Rosali Braga; REGINA, Maria Emília Rodrigues. **O acelerado crescimento dos bairros populares na cidade de Salvador-Bahia e alguns dos seus principais impactos ambientais: o caso do Cabula, geograficamente estratégico para a cidade.** In: Geosul, Florianópolis, v. 20, n. 39, p 119-131, jan./jun. 2005

FLORES, Dante. **Aproveitamento de Resíduos na Agricultura Urbana.** Orientações para a Formulação de Políticas Municipais para a Agricultura Urbana. Publicado por: IPES – Promoção do Desenvolvimento Sustentável. Canadá, 1ª ed. Nº 05, fev. 2003.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de: Esclarecendo Terminologias: As Noções de Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular em Perspectiva. In **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico.** Ano III, nº 3, dezembro de 2001, Salvador: UNIFACS, Bahia.

FRANÇA FILHO, Genauto. (2006), “A economia popular e solidária no Brasil”, in França Filho et al., **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**, Porto Alegre, Editora da UFRGS

FRANÇA FILHO, Genauto. (2007), **Teoria e Prática em economia solidária: problemática desafios e vocação.** Civitas- Revista de Ciências Sociais volume 7. Número 1.

GONÇALVES, Rita Gonçalves Galvão. **Hortas urbanas estudo do caso de Lisboa.** (dissertação) – Curso Engenharia Agrônoma, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária.** 2005.São Paulo. Edições Loyola.

HOLMGREN, David. **Os fundamentos da permacultura.** Holmgren Design Serices, Austrália, 2007. Disponível em:<<http://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/permaculturaFundamentos.pf>>Acesso em: 19. set. 2016

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?codmun=292740>>Acesso em: 12.mar. 2017.

ICAZA, A. M. Sarria; TIRIBA, Lia. Economia Popular. In. CATTANI, A. David (org.) A outra economia. Porto Alegre. Veraz Editores, 2003.

IPES, Relação de Experiências e Contatos de Atores Relacionados a Agricultura Urbana e Periurbana em Regiões Metropolitanas Brasileiras, Lima 2008. Disponível em:

<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjPI4LjtbnXAhUq64MKHRgBBRsQFggsMAE&url=http%3A%2F%2Fwww.agriculturaurbana.org.br%2Fcadastros%2FLista%2520geral%2520de%2520iniciativas%2520e%2520atores%2520estrategicos%2520de%2520AUP%2520MDS-FAO-2008.doc&usg=AOvVaw0wO1Kj3aY3kQv7cq9aAAMV>. Acesso em 28. set. 2017

JACCOUD, Dalember de Barros. **Hortas comunitárias: Abordagem Educativa na Agricultura Urbana**. 2016. Disponível em: <[http://www.movimentonossabrasilia.org.br/wpcontent/uploads/2016/03/HORTAS-COMUNITARIAS-E EDUCATIVAS\\_Dal\\_4mar2016.pdf](http://www.movimentonossabrasilia.org.br/wpcontent/uploads/2016/03/HORTAS-COMUNITARIAS-E EDUCATIVAS_Dal_4mar2016.pdf)>. Acesso em: 09 out. 2017.

KRAYCHETE, Gabriel. **A produção de mercadoria ou por não-mercadoria**. Bahia Análise e Dados, v. 12, n 1, jun. 2002.

LEITE, Marcia de Paula. **A economia Solidária e o Trabalho Associativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Volume 24, nº69 publicado em dez. de 2008.

LISBOA, Armando de Melo. **Socioeconômica solidária**. Marco conceitual latino-americano. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina / Departamento de Ciências Econômicas, Texto para Discussão nº 2 / 2004. Disponível em <http://cnm.ufsc.br/files/2013/09/armando02-04.pdf>. Acesso em: 09 out. 2017.

MANCE, E. A. (2003), **Consumo solidário**. In: A Outra Economia. CATTANI, A.D. (Org.), Veraz Editores.

MARULANDA, C.; IZQUIERDO, J. **La huerta hidropónica popular: Manual Técnico**. Oficina Regional de Producción Vegetal, FAO. Santiago: Oficina regional de la FAO para América Latina y el Caribe, 1998.

MATA, Damile Menezes Pessoa. **Agricultura urbana de produção orgânica – desafios e oportunidade para a formulação de uma política pública na cidade de Salvador, Salvador, 2014.**

MEGA CIDADE. COM: **Prefeitura de Belo Horizonte realiza visita às hortas comunitárias de Sete Lagoas**. Minas Gerais, 10 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.megacidade.com/noticia/1780/-prefeitura-de-belo-horizonte-realiza-visita-as-hortas-comunitarias-de-sete-lagoas---megacidade.com>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

MPF. Ministério Público Federal. Meio Ambiente (Org.). **Protejo a Natureza: Turminha incentiva cultivo de legumes, frutas e flores**. 2013. Disponível em: <<http://www.turminha.mpf.mp.br/proteja-a-natureza/arvores/turminha-incentiva-cultivo-de-legumes-frutas-e-flores>>. Acesso em: 09 out. 2017.

NUGENT, Rachel. **Urban and Periurban Agriculture, Household Food Security and Nutrition**. In: Urban and Periurban Agriculture on the Policy Agenda. 2000. Anais eletrônicos. Disponível em: < [www.fao.org/urbanag/Paper1-e.doc](http://www.fao.org/urbanag/Paper1-e.doc)>. Acesso em: 10 nov. 2012

OIT. **Employment, income and equality: a strategy for increasing employment in Kenya**. Genebra, 1972. Disponível em: <<http://staging.ilo.org/public/libdoc/ilo/1972/72B09608engl.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2012

O'REILLY, Érika de Mattos. **Agricultura Urbana – Um Estudo de Caso do Projeto Hortas Cariocas em Manguinhos, Rio de Janeiro**. 2014. 87 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia Ambiental da Escola Politécnica, Engenharia Ambiental, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:

<<http://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10009377.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2017.

PITAGUARI, Sinival Osório; LANZA, Líria Maria Bettiol; CORDEIRO, Sandra Maria Almeida (Org.). **A sustentabilidade da economia solidária: contribuições multidisciplinares**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2012. 318 p.

PORTES, A. et al. (Ed.). **The informal economy**. Studies in advanced and less developmente countries. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1989.

RAZETO, Luís. Economia de Solidariedade e organização popular In: GODOTTI, M.; GUITIÉRREZ, F. (org.) **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993

REVISTA de Agricultura Urbana no. 22. 2009. Disponível em: <[http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU22/rau22\\_editorial.pdf](http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU22/rau22_editorial.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2017.

JACCOUD, Barros de Dalember. **Hortas comunitárias: abordagem educativa na agricultura urbana**. 2ª revisão. Distrito Federal, 2016.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **50 anos de Urbanização - Salvador da Bahia no século XIX**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Versal, 2005. 294 p.

SANTOS, Milton. **A Pobreza Urbana, 2008**. 3 eds. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SINGER, P. (2002) **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo.

SINGER, P. **A economia solidária no Brasil – Auto-gestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

SINGER, Paul et al. **Economia Solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no plano Brasil sem miséria**. 2001. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/7556676-Economia-solidária-e-os-desafios-da-superacao-da-pobreza-extrema-no-plano-brasil-sem-miseria.html>>. Acesso em: 27.jun. 2016.

TEIXEIRA, Diana Margarida da Costa Leite. **Hortas Urbanas: O contributo da arquitetura para a integração das hortas urbanas na (re)qualificação da cidade**. 2016. 211 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Arquitetura da Fctuc, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016. Disponível em: <[https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/36984/1/Tese Diana Teixeira.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/36984/1/Tese%20Diana%20Teixeira.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2017.

TIRIBA, Lia. **Economia Popular e Produção de uma Nova Cultura do Trabalho**. In: FRIGOTTO, G (Org.): Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século. Petrópolis: Vozes, 1998.

VASCONCELOS, Teodulo Augusto Campelo de. **A economia solidária como uma estratégia de desenvolvimento territorial: alguns aspectos**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia. 2007

VEENHUIZEN, René van (org.). **Cities Farming for The Future: Urban Agriculture for Green and Productive Cities**. Filipinas: Internacional Institute of Rural Reconstruction e ETC Urban Agriculture. 2006. 474 pg.

## APÊNDICE

### QUESTIONÁRIO DOS COLABORADORES

DATA: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ sexo ( ) F ( ) M

Naturalidade \_\_\_\_\_

Escolaridade:

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Fundamental incompleto | <input type="checkbox"/> Superior incompleto |
| <input type="checkbox"/> Fundamental completo   | <input type="checkbox"/> Superior completo   |
| <input type="checkbox"/> Médio incompleto       | <input type="checkbox"/> Pós-graduação       |
| <input type="checkbox"/> Médio completo         |  |

Profissão: \_\_\_\_\_

1. Há quanto tempo participa do projeto?

---

1. Como soube do projeto horta?

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Através de vizinhos | <input type="checkbox"/> Convidado pelo coordenador |
| <input type="checkbox"/> Através de amigos   | <input type="checkbox"/> Outros: especificar        |
| <input type="checkbox"/> Através de parentes |   |

2. Tem familiares no projeto?

- |   |                              |
|---|------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sim, quantos _____ | <input type="checkbox"/> Não |
|---|------------------------------|

3. Qual a impressão que a horta lhe causou no primeiro contato?

---



---



---

4. Motivo(s) que levaram à sua participação no projeto:

---

---

---

---

---

5. Tempo de deslocamento casa / horta:

---

6. Forma de deslocamento:

a pé                       ônibus                       outros

carro                       bicicleta

7. Atividade(s) realizadas no projeto:

---

---

---

8. Dias da semana dedicados ao projeto:

---

---

9. Horas/ dia trabalhadas no projeto:

---

10. O trabalho que você desenvolve no projeto é submetido a alguma coordenação?

não               sim: quem estabelece as tarefas? \_\_\_\_\_

11. Qual o destino da produção/ colheita dos produtos?

---

---

---

12. Quais os benefícios mais importantes proporcionados pelo projeto na sua vida pessoal?

---

---

---

---

---

---

---

13. Você acha que o projeto proporcionar novos conhecimentos e novas amizades entre moradores?

sim  não

14. De onde provêm os recursos deste projeto?

---

---

---

15. Além das horas trabalhadas, você contribuiu de outras formas

não  sim: quais? \_\_\_\_\_

16. Na sua opinião, o que pode limitar ou mesmo ameaçar a continuidade do projeto:

---

---

---

---

---

---

---

17. Que perspectivas/ possibilidades de crescimento você enxergar para o projeto.

---

---

---

---

---

---

---

18. Você indicaria outras pessoas para colaborar com este projeto?

sim       não: por que? \_\_\_\_\_

19. Qual contribuição do projeto para efeito de conscientização ecológica e cidadã.

---

---

---

---

---

---

20. De forma objetiva, como você relata essa experiência na condição de voluntário do projeto.

---

---

---

---

---

---

### QUESTIONÁRIO DO COORDENADOR

DATA: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

1. Como surgiu a ideia da horta?

---

---

---

---

---

---

---

2. Como foi o projeto recebido?

---

---

---

---

---

---

---

3. Como foi o processo de mobilização?

---

---

---

---

---

---

---

4. Quantas pessoas tinham no início do projeto?

---

5. E atualmente?

---

6. São todos moradores do bairro?

---

---

---

7. Como é feita a coordenação do grupo quanto a dias e horários de trabalho?

---

---

---

8. Como é feita a escolha das espécies cultivadas?

---

---

---

9. Quais produtos são cultivados?

---

---

---

10. Quantidade de produto da colheita.

---

11. Como percebe a evolução da horta em quantidade e tipo de produto?

---

---

---

---

---

---

12. Além do trabalho, que recursos são utilizados no desenvolvimento do projeto?

---

---

---

13. Existem parcerias e quem são os parceiros?

---

---

---

14. Tipo de contribuição por parceiro?

---

---

---

---

---

---

---

15. Incentivos para mobilizar e manter colaboradores:

---

---

---

---

---

---

---

16. Como é feita a distribuição dos produtos?

---

---

---

---

---

---

---

17. Consumidores dos produtos?

---

---

---

---

---

---

---

18. Escolha das instituições beneficiárias (critérios)?

---

---

---

---

---

---

---

19. Tipo e custo do transporte dos produtos para a instituição beneficiária:

20. Como as pessoas próximas a horta percebem a iniciativa?

---

---

---

21. O projeto já foi objeto de matéria jornalísticas? Onde?

---

---

---

22. O projeto já foi replicado em outros locais? Quais:

---

---

---

23. Na sua opinião, que limites e possibilidades existem para a continuidade do projeto.

---

---

---

---

---

---

24. Qual contribuição do projeto para efeito de conscientização ecológica e cidadã:

---

---

---

---

25. De forma objetiva, como você relatar essa experiência na condição de coordenador do projeto.

---

---

---

---

**QUESTIONÁRIO DAS INSTITUIÇÕES (ABRIGOS)****DATA:** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Nome:

---

1. Como foi o primeiro contato entre o projeto e esta instituição?

---

---

---

2. Quando começou a receber doações desse projeto.

---

---

---

3. Periodicidade de recebimento dos produtos:

 Dia Semana Mês

4. Como eles são utilizados?

---

---

---

5. Quantas pessoas se beneficiam?

---

---

6. Recebe doações de outras hortas?

---

---

---

7. A economia gerada pela doação desses produtos é significativa para esta instituição?

---

---

---

8. Gostaria de mais iniciativas dessa natureza?

---

---

---

9. De forma objetiva, como você relatar essa experiência na condição de instituição do projeto.

---

---

---

---

---

---

---

**QUESTIONÁRIO DAS INSTITUIÇÕES (Parceiras)**

DATA: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

1. Como esta instituição soube do projeto horta:

---

---

---

2. Como foi convidada a participar dessa iniciativa.

---

---

---

3. Como a instituição, atualmente, vê essa iniciativa?

---

---

---

---

---

---

---

4. Que tipo de colaboração efetiva desempenha no projeto

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

5. A instituição vê empecilho para a expansão ou sobrevivência deste projeto?

---

---

---

---

---

---

---

6. A instituição tem interesses que projetos como esses sejam replicados em outros espaços da cidade? Em quais locais:

---

---

---

---

---

---

---

7. De forma objetiva, como você relatar essa experiência na condição de instituição do projeto.

---

---

---

---

---

---

---